

ESCOLA DE HUMANIDADES
PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

IULA MOREIRA ROVERÉ

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO TEMA TRANSVERSAL NOS CURRÍCULOS DOS
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Porto Alegre
2021

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

IULA MOREIRA ROVERÉ

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO TEMA TRANSVERSAL NOS CURRÍCULOS
DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia-Educação Infantil e Anos Iniciais da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Mónica de la Fare

Porto Alegre

2021

IULA MOREIRA ROVERÉ

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO TEMA TRANSVERSAL NOS CURRÍCULOS
DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia-Educação Infantil e Anos Iniciais da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em ___de _____de 2021

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Mónica de la Fare – PUCRS

Convidado(a): Prof^a. Dr.^a SÍntia Ebert - PUCRS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores que passaram pela minha vida, da educação básica ao ensino superior, que deixaram suas marcas tão positivas de amor pela educação e, que, mesmo após eu trilhar outros caminhos, fizeram-me escolher a Pedagogia. Obrigada também aos profissionais que me orientaram e estiveram comigo na troca de carreira, uma grande mudança na minha vida.

Agradeço às minhas colegas de faculdade e às fortes amizades construídas nesses anos de graduação. Obrigada pelo apoio, pelo carinho, pelo incentivo e pela união. Nas horas difíceis e naquelas em que eu me sentia um “peixinho fora d’água”, vocês acreditaram em mim e no meu potencial. Obrigada minha grande amiga Lilian, agradeço a Deus por ter nos unido. Foram muitas trocas, desabafos, incentivos, aprendizados, risadas, alegrias, trabalhos e mais trabalhos. Obrigada por tudo!

Obrigada, mãe, pai e toda minha família, pelo apoio. Mesmo parecendo uma loucura o que eu estava fazendo, todos estiveram do meu lado e não me deixaram desistir. Gratidão ao meu namorado, Eduardo, pelo amor, pelo carinho, pela motivação e pelo companheirismo sempre. Obrigada à minha irmã Sâmia, que acompanhou de perto toda a trajetória e sempre me incentivou, torceu e vibrou por mim. Obrigada à minha sogra, Heloiza, pelas ajudas, pelos contatos, pelas conversas e trocas de experiências, pelos incentivos e pelo carinho.

Obrigada à Escola Municipal de Ensino Fundamental Sady Hammes, de São Lourenço do Sul. Gratidão a toda a equipe, professoras, alunos e suas famílias, que me acolheram tão bem e permitiram a realização dos meus estágios curriculares. Fui muito feliz com vocês!

Gratidão aos meus mestres, que não mediram esforços para formar além de uma pedagoga, uma pessoa muito melhor. Gratidão à minha querida orientadora, professora Mônica, por todos os ensinamentos, pela dedicação, pela orientação e pelo carinho que teve comigo no desenvolvimento deste trabalho. Obrigada às minhas colegas de trabalho, que me mostraram o que é ser feliz no que se faz e que fortalecem a cada dia meu amor pela educação e, não menos importante, obrigada a todos os meus amados aluninhos.

RESUMO

A educação financeira (EF) é uma área relativamente nova no contexto escolar, podendo-se destacar a sua inclusão pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como um dos Temas Contemporâneos e Transversais (TCTs) no ano de 2018, devendo ser incorporado aos currículos de toda a educação básica, buscando uma formação integral dos educandos. Nesse escopo, a pesquisa objetivou investigar a educação financeira escolar (EFE), partindo da forma que a BNCC apresenta a EF, assim como as perspectivas de professores dos anos iniciais do ensino fundamental, que trabalham em diferentes contextos, sobre a EF em sala de aula. Para tanto, foi realizado um estudo exploratório de abordagem qualitativa, utilizando como técnica a análise documental e entrevistas semiestruturada com três professoras dos anos iniciais do ensino fundamental de redes pública e privada. Os resultados demonstram que o fato de a EF ser contemplada como TCT mencionada pela BNCC não alterou os currículos e as formas de abordagem em sala de aula, porém, há diferentes pontos considerados pelos professores de acordo com o seu contexto escolar.

Palavras-chave: Educação financeira escolar. BNCC. Anos iniciais.

ABSTRACT

Financial education (EF) is a relatively new area in the school context, highlighting its inclusion by the National Curricular Common Base (BNCC) as one of the Contemporary and Transversal Themes (TCTs) in the year 2018, it has to be incorporated into the curricula of all basic education, aiming to comprehensive formation of students. In this scope, the research aimed to investigate the school financial education (EFE), starting from the form that the BNCC presents the EF, as well as the perspectives of teachers from the initials years of elementary school, who work in different contexts, about the PE in the classroom. Therefore, an exploratory study with a qualitative approach was performed, using document analysis and semi-structured interviews as a technique with three teachers from the initials years of elementary school in public and private schools. The results demonstrate that the fact that PE is contemplated as a TCT mentioned by the BNCC did not change the curricula and forms of approach in the classroom, however, there are different points considered by teachers according to their school context.

Keywords: School financial education. BNCC. Initials years

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|------------|---|
| AEF-Brasil | Associação de Educação Financeira do Brasil |
| Bacen | Banco Central do Brasil |
| BDTD | Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações |
| BNCC | Base Nacional Comum Curricular |
| Ceed | Conselho Estadual de Educação |
| CF | Constituição Federal |
| CNE | Conselho Nacional da Educação |
| Conef | Comitê Nacional de Educação Financeira |
| Consed | Conselho Nacional de Secretários de Educação |
| Coremec | Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização |
| CVM | Comissão de Valores Mobiliários |
| EaD | Educação a distância |
| EF | Educação financeira |
| EFE | Educação financeira escolar |
| EJA | Educação de jovens e adultos |
| Enef | Estratégia Nacional de Educação Financeira |
| FBEF | Fórum Brasileiro de Educação Financeira |
| FURG | Universidade Federal do Rio Grande |
| GAP | Grupo de Apoio Pedagógico |
| LDBEN | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| MEC | Ministério da Educação |
| OECD | <i>Organisation for Economic Co-operation and Development</i> |
| OCDE | Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico |
| PCNEM | Parâmetros curriculares Nacional para o Ensino Médio |
| PCNs | Parâmetros Curriculares Nacionais |
| PISA | <i>Programme for International Student Assessment</i> |
| PNAD | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua |
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| Previc | Superintendência Nacional de Previdência Complementar |
| RCG | Referencial Curricular Gaúcho |
| Sebrae | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas |
| SFN | Sistema Financeiro Nacional |
| Susep | Superintendência de Seguros Privados |
| TCTs | Temas Contemporâneos Transversais |
| UCPel | Universidade Católica de Pelotas |
| UNCME RS | União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação do Rio Grande do Sul |
| Undime | União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação |
| Unesc | Universidade do Extremo Sul Catarinense |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Composição dos níveis escolares | 17 |
| Quadro 2 – Caracterização das entrevistadas | 31 |
| Quadro 3 – Análise das entrevistas: caracterização e contexto escolar | 42 |
| Quadro 4 – Análise das entrevistas: conhecimento e mudanças curriculares em razão da BNCC | 44 |
| Quadro 5 – Análise das entrevistas: conhecimento e trabalho relacionado aos TCTs..... | 46 |
| Quadro 6 – Análise das entrevista: abordagem do tema EF em sala de aula | 48 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Linha do tempo da educação financeira no Brasil..... | 23 |
| Figura 2 – Estrutura da BNCC..... | 35 |
| Figura 3 – Estruturação da BNCC para o ensino fundamental..... | 36 |
| Figura 4 – TCTs na BNCC | 39 |

SUMÁRIO

| | | |
|-------|--|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 | DE QUE FORMA A EDUCAÇÃO FINANCEIRA CHEGOU À SALA DE AULA NO ENSINO FUNDAMENTAL | 14 |
| 2.1 | BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA | 14 |
| 2.2 | EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR | 20 |
| 3 | A IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O TEMA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA | 29 |
| 3.1 | DOCUMENTOS NORTEADORES E SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO FINANCEIRA | 32 |
| 3.1.1 | A Educação Financeira na BNCC | 37 |
| 3.2 | PANORAMA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR À SALA DE AULA | 42 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 53 |
| | REFERÊNCIAS | 55 |
| | APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA ANÁLISE DA BNCC | 62 |
| | APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS | 69 |
| | APÊNDICE C – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS | 73 |
| | ANEXO A – ESTRUTURA DA ENEF | 87 |

1 INTRODUÇÃO

A educação da humanidade se faz e se modifica no decorrer do tempo, em um processo histórico, social e cultural. Tendo em vista os processos formativos da sociedade, o presente trabalho de pesquisa discorre sobre o tema educação financeira escolar (EFE), trazido recentemente pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como um dos temas contemporâneos e transversais a serem assegurados às crianças e aos adolescentes como aprendizagem essencial.

A educação financeira (EF), de forma ampla, advém das relações da sociedade com o dinheiro, este que é produto do trabalho e que, por um lado, relaciona-se com realização de sonhos, garantia de aposentadoria, conforto, bem-estar, e que, por outro, relaciona-se com *status*, ambição, consumismo, discussões, endividamentos e falências. Quando analisamos sob a perspectiva da realidade brasileira, marcada por grande diversidade e desigualdade social, temos, no estudo das finanças, o fortalecimento de um dos pilares que visa colaborar para a formação de uma sociedade crítica, atenta às questões de sustentabilidade, consumo, política e economia. Nesse contexto, evidencia-se a importância de escolas e professores abordarem este assunto, para a construção de uma mudança cultural em relação às finanças.

A escolha do tema EFE justifica-se primeiramente por motivos pessoais da autora. Advém de minhas inquietações, gosto, identificação com o assunto e de minha trajetória profissional e acadêmica. Percorri caminhos curiosos e diferentes, mas dos quais me orgulho muito e que me trouxeram até a apaixonante pedagogia. Para melhor entendimento, descrevo brevemente esses caminhos.

Nasci em São Lourenço do Sul/RS, estudei em escolas públicas e, após, fui atrás de um sonho de menina, trabalhar em um banco. Fiz estágio em um banco público quando cursava o ensino médio e, com 17 anos, mudei-me para Porto Alegre em busca de emprego e melhores oportunidades de estudo. Graduei-me em Ciências Contábeis e trabalhei durante 13 anos em uma instituição financeira privada. Logo perdi aquele encanto de menina de ser uma bancária, uma executiva bem-sucedida. Sou grata ao trabalho, que me oportunizou muitas conquistas, como minha primeira graduação, especialização, aquisição de bens materiais e uma vida confortável, mas, bastante incomodada com minha atuação, fui em busca de outros caminhos. Esses

novos caminhos me proporcionaram uma bagagem diferente e permitiram que, a partir deste ano, 2021, eu pudesse me dedicar inteiramente à educação.

Nesse trajeto, vislumbrei que um tema tão importante como a EF precisava ser discutido nas escolas. Eu percebia isso há muito tempo na relação com clientes que atendia no banco e me admirei quando vi este tema descrito na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Dessa forma, mesmo que com pouca experiência na área educacional, resolvi investigar de que forma a EF é tratada nas escolas brasileiras, agora que é mencionada no documento oficial que rege a educação no país. Trata-se de uma matéria de grande importância no cenário nacional e até mesmo global, que se tornou ainda mais relevante e muito abordada pelas mídias devido às decorrências da pandemia de covid-19.

Justifica-se também a escolha do tema pelo desconhecimento da sociedade brasileira sobre a área, frente a outras nações estrangeiras, assim como pela qualidade da educação básica em nosso país, que pode interferir na baixa conscientização sobre EF. No Brasil, 6,6% das pessoas com 15 anos ou mais encontram-se em condição de analfabetismo, 32,2% da população com 25 anos ou mais anos não finalizaram o ensino fundamental e mais da metade dos adultos não concluíram o ensino médio (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019). Esta realidade enaltece ainda mais a importância de se trabalhar conteúdos como as finanças na sala de aula, de modo relacionado à vida cotidiana, desde os primeiros anos escolares.

Para o processo investigativo, foi realizado inicialmente um levantamento de literatura focalizado em pesquisas que já abordaram o assunto, de forma que o resultado do presente estudo fosse significativo. Para a construção do estado do conhecimento no projeto de pesquisa, buscou-se, no repositório digital da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando a palavra-chave “educação financeira” e, posteriormente, selecionando-se as pesquisas publicadas entre os anos de 2019 e 2021, período no qual passou a vigorar a BNCC. Os achados resultaram em 172 pesquisas (62 teses e 110 dissertações). Na sequência, foi possível selecionar apenas quatro trabalhos, que estavam de acordo com o objetivo que se pretendia estudar.

Com esse levantamento, foi possível constatar que, dentro da comunidade acadêmica, há muitas pesquisas que analisaram a relação da EF com a matemática financeira, mais notadamente estudos que apontaram o entendimento da EF como

sinônimo da matemática financeira, apesar de o tema não estar associado unicamente à área da matemática, podendo ser tratado de forma interdisciplinar (RAMON, TREVISAN, 2019; TEIXEIRA, 2015). Além disso, verificou-se muitas pesquisas com foco nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio, assim como na educação de jovens e adultos (EJA). Ocorre que, na maioria das vezes, os jovens e adultos já estão inseridos no mundo do trabalho, assim, faz-se necessário que esses ensinamentos iniciem anteriormente (HAMMES, 2018; MACHADO, 2019; ROSSETTO, 2019; SILVA, 2019; TEIXEIRA, 2015). Também por este motivo o presente estudo busca investigar as abordagens do tema EF nos anos iniciais do ensino fundamental, do primeiro ao quinto ano, e contribuir para uma educação formativa de cidadãos, tendo em vista que saber lidar com as finanças faz parte de um conjunto de capacidades básicas, necessárias para todos e que deve ser tratada desde o início da vida escolar.

Considerando os aspectos mencionados, o estudo busca responder à seguinte questão: como professores dos anos iniciais do ensino fundamental, que trabalham em diferentes contextos, desenvolvem a EF em sala de aula, incorporando-a como tema transversal, com base na BNCC?

Para responder à questão principal, a pesquisa tem como objetivo geral investigar as perspectivas de professores dos anos iniciais do ensino fundamental, que trabalham em diferentes contextos, sobre a EF em sala de aula, incorporada como tema transversal pela BNCC. Dessa forma, para alcançar o objetivo geral, tem-se como objetivos específicos:

- a) examinar a abordagem do tema EF proposto pela BNCC;
- b) verificar como a incorporação do tema EF pelos documentos orientadores educacionais ocasionou mudanças para os professores quanto aos conteúdos das aulas;
- c) analisar os depoimentos dos professores sobre a abordagem do tema EF em suas aulas.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizado um estudo exploratório, de abordagem qualitativa. A construção do estado do conhecimento e do referencial teórico permitiu definir as principais categorias que orientaram a elaboração dos instrumentos usados para a coleta de dados. Utilizou-se como técnica análise documental e entrevistas semiestruturadas, com elaboração de roteiro prévio

(Apêndice A), realizadas com pedagogas, professoras atuantes em escolas públicas nos anos iniciais do ensino fundamental.

A estrutura deste estudo é composta por três capítulos. O primeiro corresponde a esta introdução. O segundo discorre sobre aspectos que levaram a EF à sala de aula, abordando um resumo histórico da educação brasileira; conceitos da EFE e documentos norteadores educacionais com foco na BNCC e suas relações com a EF. O terceiro capítulo apresenta uma análise da BNCC e a sua relação com a EF, assim como das entrevistas realizadas com as professoras dos anos iniciais do ensino fundamental acerca do modo como desenvolvem o tema EF nas salas de aula.

2 DE QUE FORMA A EDUCAÇÃO FINANCEIRA CHEGOU À SALA DE AULA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Promover a educação financeira (EF) da população já é objetivo de muitas nações, e a recente pandemia reforçou ainda mais esta necessidade. O Brasil trabalha com este tema há muito anos, porém com um alcance baixo, sobretudo no que diz respeito à participação da escola nesta tarefa.

O termo EF começou a popularizar-se no Brasil a partir do ano de 2010, com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef) (BRASIL, 2010b). Até então, inexistiam discussões escolares sobre finanças no Brasil, tema que já era apresentado em outros países, a exemplo dos Estados Unidos, que, desde a década de 1980, promovia programas de EF para parte da população, o que talvez se deva ao fato de se tratar de uma grande economia e com altos níveis de consumo (SILVA; POWELL, 2013).

Para melhor entendimento acerca das abordagens sobre EF e sobre educação financeira escolar (EFE) que se apresentam atualmente no Brasil, este capítulo organiza-se em duas seções, assim dispostas: 2.1, “Breve contextualização histórica”, e 2.2, “Educação financeira escolar”.

2.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Historicamente, a preocupação com a educação no Brasil é relativamente atual. Os fatos ocorridos ao longo dos anos são determinantes para a melhor compreensão sobre a história da educação e os contextos que influenciaram e influenciam no modo como ela se dá hoje. Como afirma Saviani (2008), é por meio da história que o ser humano se forma. Dessa forma, faz-se necessário descobrir o passado para compreender o presente e prever o que virá no futuro. Para isso, resgata-se alguns momentos da história da educação no Brasil, nela contida seus principais marcos legais.

A historiografia da educação brasileira está fortemente relacionada à origem das instituições escolares no Brasil, como defende Saviani (2008). Para o autor, o ponto de partida foi a criação dos colégios jesuítas, considerado então o primeiro período, de 1549 a 1759. O segundo período, de 1759 a 1827, foi marcado pelas aulas régias e pela reforma pombalina. Neste período, influenciado pelas ideias iluministas,

tem-se a primeira tentativa de criação de uma escola pública estatal. O terceiro período, de 1827 a 1890, caracterizou-se pelas tentativas contingentes de organizar um sistema educacional de responsabilidade do poder público, nesta época, o governo imperial e das províncias. O quarto período, que compreende de 1890 a 1931, teve como marco a criação das escolas primárias influenciadas pelas ideias do iluminismo republicano (SAVIANI, 2008).

Percebe-se, ao analisar esta linha do tempo da educação brasileira, que, durante o período imperial, pouco se fez em relação à educação, acrescido do fato de que o acesso que se tinha às instituições escolares era restrito a pequenos grupos (SAVIANI, 2008; VILELA, 2009). Transcorridos mais de 400 anos, foi a partir de 1930, época em que o país passou a adotar um modelo capitalista de produção, que se percebeu a necessidade de investir na educação. Dessa forma, tornou-se relevante, para expansão do mercado e da produção industrial, que houvesse mão de obra especializada e assim, perante a nova realidade do país, criou-se o Ministério da Educação e Saúde Pública. Esta fase é chamada, segundo Saviani (2008), de quinto período, que vai de 1931 a 1961, quando são regulamentadas as escolas superiores, primárias e secundárias a nível nacional, incorporando de modo crescente ideias pedagógicas transformadoras. Foi a partir de 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, o marco da renovação educacional no país, que a Constituição Federal (CF) de 1934 trouxe, primeira vez, a educação como um direito de todos, devendo ser proporcionada pelo poder público e pelas famílias (VILELA, 2009).

Seguindo neste período, o contexto político do país durante o Estado Novo acabou por desalentar a visão educacional. Dessa vez, a Constituição de 1937 tirou do Estado o dever da educação e passou a fomentar uma educação voltada ainda mais para o mundo capitalista, enfatizando um ensino profissional para cobrir a necessidade de mão de obra, dividindo então o ensino, profissional para as classes desfavorecidas, intelectual para aqueles com mais condições, ou seja, o aprendizado para o trabalho era para muitos, mas a instrução era para poucos (VILELA, 2009).

Na República Nova, iniciada no ano de 1946, a Carta Magna apresenta como competência da União legislar sobre diretrizes e bases da educação, considerando novamente a educação como um direito de todos. Porém, até chegar aos documentos norteadores da educação conhecidos hoje, o país passou ainda pelo período da Ditadura Militar, que encerrou com todas as iniciativas revolucionárias da educação até então. No pior período da ditadura, em 1971, foi instituída a Lei nº 5.692, a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que estabeleceu um núcleo curricular comum a ser seguido nacionalmente tanto para o ensino fundamental, chamado, na época, de primeiro grau, com oito anos escolares obrigatórios, como para o ensino médio, chamado segundo grau e que não era definido como obrigatório (BRASIL, 1971). Contudo, as diretrizes permitiam diversificar os planos de acordo com as especificidades locais e a diversidade de alunos, com o objetivo de proporcionar aos educandos a formação necessária para sua autorrealização, trabalho e cidadania, apresentando o segundo grau com um caminho para o ensino profissionalizante (BRASIL, 1971, 1997; VILELA, 2009).

Com o fim do regime militar, a educação passou a ter um caráter político, um sentido mais amplo. Foi então que a CF de 1988, mais elaborada que as anteriores, apresentou em seu texto dez artigos sobre a educação, especificamente do artigo 205 ao 214 (BRASIL, 1988; SANTOS FILHO, BARROSO, SAMPAIO, 2021; VILELA, 2009). A CF define, no artigo 205, a educação como “[...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

A partir da CF de 1988, muitas discussões e revisões vem sendo realizadas quanto aos objetivos da educação brasileira. Iniciou-se um período de elaboração de documentos com o intuito de referenciar e orientar ainda mais o sistema educacional, culminando na chegada dos documentos norteadores que se tem hoje, como o foco deste trabalho, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e os referenciais curriculares regionais, como o Referencial Curricular Gaúcho (RCG). É importante salientar que, como analisado por Santos Filho, Barroso e Sampaio (2021), esta CF, em 1988, já previa uma BNCC, o que fica subentendido quando apresenta, no artigo 210, que “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988).

Cerca de oito anos depois, com base nos princípios da CF de 1988, após várias reformas, foi sancionada a Lei nº 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996), que substituiu a Lei nº 5.692 de 1971 (BRASIL, 1971). A LDBEN de 1996 passou a ser considerada um regulamento central para a educação. Ela traz referências para orientar as instituições de ensino e, assim como a CF, apresenta a educação como direito de todos e a

formação para exercício da cidadania e para o trabalho (SANTOS FILHO; BARROSO; SAMPAIO, 2021). O artigo 1º da LDBEN de 1996 estabelece que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (BRASIL, 1996).

Esta legislação foi criada para garantir a todos acesso a uma educação gratuita e de qualidade, valorizando os profissionais da área.

A LDBEN dispõe o ensino dividido em dois níveis: a educação básica, que contempla educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e a educação superior, como apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Composição dos níveis escolares

| Níveis escolares | Etapas | Fases |
|--------------------------|--------------------|----------------------------------|
| Educação básica | Educação infantil | Creches Idade: de 0 a 3 anos |
| | | Pré-escola Idade: 4 a 5 anos |
| | Ensino fundamental | Anos iniciais Do 1º ao 5º ano |
| | | Anos finais Do 6º ao 9º ano |
| | Ensino médio | Do 1º ao 3º ano |
| Educação superior | | |

Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base na LDBEN (BRASIL, 1996).

Ampliando o descrito no Quadro 1, a lei afirma a possibilidade de ofertar educação profissional técnica de nível médio, sem prejuízo da formação geral do educando no ensino médio, como determina a própria lei. Além disso, trouxe outras modalidades de educação básica que perpassam todos os níveis: a educação especial, a educação a distância (EaD), a educação profissional e tecnológica, a educação de jovens e adultos (EJA) e a educação indígena (BRASIL, 1996).

A LDBEN teve algumas alterações importantes no decorrer do tempo. Em 2006, por meio da Lei nº 11.274 de 2006, o ensino fundamental passou a ter duração de nove anos, um ano a mais do que o definido anteriormente (BRASIL, 2006). Em 2013,

a obrigatoriedade da educação básica e gratuita passou a ser dos quatro anos de idade até os 17 anos, conforme alteração feita pela Lei nº 12.796 (BRASIL, 2013b).

É importante considerar que tanto a CF como a LDBEN já apresentavam a necessidade de uma base curricular comum a nível nacional. Conforme o artigo 26 da LDBEN de 1996 dispõe:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1996).

Porém esta base nacional comum só se concretizou anos mais tarde. Pós a homologação da LDBEN, o Ministério da Educação (MEC) elaborou, então, no de ano de 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) da primeira à quarta série, chamadas de primeiro ciclo, e, no ano de 1998, os da quinta a oitava série, chamadas segundo ciclo. Estes documentos tinham como objetivo auxiliar professores e equipes pedagógicas na execução de seu trabalho, apresentando uma proposta curricular flexível, e não um modelo curricular impositivo (BRASIL, 1997).

De acordo com os PCNs, suas propostas atendem à necessidade de referenciar o sistema educacional respeitando as diversidades e mantendo a igualdade de direitos educacionais perante uma sociedade múltipla. “Essa igualdade implica necessariamente o acesso à totalidade dos bens públicos, entre os quais o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes” (BRASIL, 1997, p. 13). Os PCNs dizem que a LDBEN potencializa a necessidade de assegurar uma formação básica comum a todos, logo, possuem o intuito de centralizar ações que melhorem a qualidade do ensino brasileiro (BRASIL, 1997).

Com seu carácter orientador, e não obrigatório, os PCNs propuseram o ensino dividido por ciclos e com conteúdo por áreas do conhecimento, sendo elas: língua portuguesa, matemática, ciências naturais, história, geografia, arte, educação física e língua estrangeira a partir da quinta série e os temas transversais. A transversalidade, que mais tarde apareceu também na BNCC, já era apresentada, com recomendações de assuntos que deveriam atravessar as disciplinas. As temáticas eram seis: meio ambiente, saúde, pluralidade cultura, ética, trabalho e consumo e orientação sexual (BRASIL, 1997; 1998).

No ano de 2000, foram lançados os Parâmetros Curriculares Nacional para o Ensino Médio (PCNEM) e, neste mesmo período, foram elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), apresentadas somente no ano de 2013, que “[...] visam estabelecer bases comuns nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio [...]” (BRASIL, 2013a, p. 8). Trata-se de um documento de natureza obrigatória que possui a função de “[...] orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras.” (BRASIL, 2013a, p. 4). Assim, as novas diretrizes buscam promover a equidade educacional para crianças, adolescente, jovens e adultos, visando a uma educação de qualidade e respeitando as diversidades sociais, culturais, emocionais, físicas e étnicas (BRASIL, 2013a).

As DCNs de 2013 serviram de alicerce para a BNCC, que teve sua primeira versão lançada em 2015 e a segunda em 2016. Após discussões por profissionais de cada estado, iniciava-se, de forma colaborativa, a elaboração da terceira versão da BNCC. No ano de 2017, o MEC entregou a versão final, homologada em 20 de dezembro de 2017. Em 2018, a versão da base para o ensino médio foi homologada e, no dia 14 de dezembro de 2018, o documento BNCC, passando o país a ter uma base com aprendizagens previstas para toda a educação básica. Desse modo, foram regulamentadas as aprendizagens essenciais que os educandos devem ter ao longo da vida escolar (BRASIL, [201-]).

Conforme disposto na LDBEN de 1996, a BNCC deve nortear os currículos de toda a rede de ensino do país, incluindo educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (BRASIL, 1996). Sendo assim, trata-se de um documento normativo que estabelece os conhecimentos, as competências e as habilidades a serem desenvolvidas por todos os educandos, tendo como propósito a formação humana integral (BRASIL, 2018). Percebe-se que a construção da BNCC se deu ao longo de anos, envolvendo instituições e órgão públicos e privados. Essa discussão é tratada de forma mais aprofundada na seção 2.3 deste trabalho.

A BNCC, em consonância com o artigo 26 da LDBEN, apresenta conceitos para o desenvolvimento dos currículos no Brasil, relacionando “[...] o que é básico-comum e o que é diverso em matéria curricular: as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos” (BRASIL, 2018, p. 11). Define-se, assim, que os currículos podem ser diversificados, de forma a aproximar as práticas escolares às realidades e aos contextos locais, tanto em nível estadual como municipal, uma vez que, em regime

de colaboração com a União, os estados e municípios trabalharam em seus sistemas de ensino na construção coletiva de políticas com base no reconhecimento das identidades regionais (BRASIL, 2014). Isso permite e designa a elaboração de referenciais curriculares regionais, como é o caso do RCG, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação (Ceed) e pela União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação do Rio Grande do Sul (UNCME-RS) em 2018.

No ano de 2019, foi validado o RCG, documento que norteia a construção dos currículos das escolas do Estado do Rio Grande do Sul, estruturado em seis cadernos, dois quais um contempla a educação infantil e cinco, a educação básica, organizado por áreas do conhecimento, que são linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e ensino religioso (RIO GRANDE DO SUL, 2018), sendo este o último marco histórico e legal da educação apresentado neste estudo.

2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR

Esta seção visa contextualizar e conceituar a educação financeira escolar (EFE), bem como a importância de se discutir esse tema na escola. Conforme já afirmado, é um termo ainda pouco conhecido na sociedade brasileira e recente para a educação nacional. Por esse motivo, é importante retomar como as propostas para educação financeira (EF) construíram-se no Brasil até a sua menção na BNCC.

De modo geral, os materiais educativos existentes sobre finanças eram destinados ao público adulto, não possuíam nenhuma relação com o ambiente escolar e tinham o intuito de promover a comercialização de produtos bancários, apresentando conteúdos e materiais informativos produzidos pelas próprias instituições. Dessa forma, é possível observar conceitos da EF sob diferentes perspectivas, como predisposição para comercialização de produtos bancários, como: investimentos, financiamentos, seguros, planos de previdências, tendo assim um foco mercantilista (CUNHA, 2020; GIORDANO, ASSIS, COUTINHO, 2019). Conforme a definição apresentada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE),

A educação financeira é um processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas

informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem estar financeiro. (ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2005, p. 5).

Ao analisar a definição apresentada pela OCDE, faz-se necessário compreender o que é esta organização e qual a sua função, uma vez que ela é um importante fator na construção histórica da EF no Brasil.

Criada em 1948, como Organização para a Cooperação Econômica Europeia, financiada pelos Estados Unidos, em pleno período da Segunda Guerra Mundial, foi instituída de forma a contribuir para a reconstrução de países derrotados, procurando seguir um caminho de paz. Com o sucesso da organização, no ano de 1961, Estados Unidos e Canadá uniram-se formando a *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD), tratada neste trabalho por sua sigla em português: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A maioria dos organismos internacionais, entre eles a OCDE, surgiram como mecanismos de acordo, de cooperação. Contudo, com os avanços do desenvolvimento capitalista, também assumiram a função de influenciar as políticas dos países signatários, por fortes interesses, sobretudo o de promover o desenvolvimento econômico.

A OCDE é uma organização formada por países-membros, atualmente 36, e parceiros estratégicos, entre os quais o Brasil se encontra, como o parceiro-chave mais ativo. Discute questões de diversas áreas como econômicas, financeiras, comerciais e sociais bem como ambientais, dedicando-se a promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social de todos os países. (SOUSA, 2021; ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2021). Ela atua sobre áreas “[...] como economia, ciência, comércio, emprego, mercado financeiro e educação através do levantamento de dados, análise, discussão e orientação aos países na forma de publicações compostas das estatísticas e resultados das pesquisas e recomendações” (DAROS JUNIOR, 2013, p. 15). Para a organização, a educação é um dos pontos-chaves para promoção da economia, e, desse modo, a OCDE utiliza-se dos dados de suas pesquisas para orientar implementações de políticas educacionais (DAROS JUNIOR, 2013). Um dos instrumentos de pesquisa são as avaliações de desempenho dos estudantes a níveis internacionais, como, por exemplo, o *Programme for International Student Assessment* (PISA), exame do qual o Brasil participa desde 2000. Essas avaliações

em larga escala importadas e cada vez mais crescentes no Brasil, servem para padronizar ações para “[...] a aquisição de habilidades educativas adequadas às exigências do mercado de trabalho [...]” (DAROS JUNIOR, 2013, p. 17). É neste contexto que a EF passa a ser mais difundida no Brasil, e é pela OCDE que a EF do mundo todo é acompanhada.

A Figura 1 apresenta, para melhor compreensão, uma linha do tempo referente ao histórico da EF no Brasil, tendo como ponto de partida o ano de 1999, momento em que o Brasil iniciou sua atuação como convidado da OCDE.

Em 1999, o Brasil passou a fazer parte da OCDE na condição de convidado, participando das reuniões ministeriais. Contudo, é importante salientar que o país mantém relacionamento com a organização desde 1996, quando se juntou ao primeiro comitê, o Comitê do Aço, e, em 1999, quando se tornou membro do Centro de Desenvolvimento. Assim, desde então, com o intuito de se tornar um membro efetivo, o país vem acatando orientações e aderindo a instrumentos legais da OCDE (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2021; ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2018; GIORDANO, ASSIS, COUTINHO, 2019).

Em 2007, o Brasil tornou-se um parceiro-chave da OCDE, por meio de uma resolução do conselho ministerial a fim de fortalecer a cooperação com o Brasil e outros quatro países, para maior engajamento com visando aderir à organização (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2021). Neste mesmo ano, pela primeira vez, as autoridades brasileiras trataram da EF, reunindo os quatro reguladores do Sistema Financeiro Nacional (SFN), isto é, Banco Central do Brasil (Bacen), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e Superintendência de Seguros Privados (Susep). Constituiu-se, então, o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec), com o objetivo de propor a estratégia nacional de EF.

No ano seguinte, em 2008, a crise econômica mundial foi um marco crucial, responsável por evidenciar o tema EF no cenário político mundial, principalmente para a OCDE, refletindo também no Brasil (SILVA, 2019).

Figura 1 – Linha do tempo da educação financeira no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Em 2009, o grupo de trabalho do Coremec apresentou uma proposta de estratégia de EF para o Brasil, seguindo os principais tópicos sugeridos pela OCDE. Este documento apresentou pesquisas, levantamento sobre iniciativas de EF, ações mantidas pelos órgão reguladores do mercado financeiro e diretrizes para a EF nas escolas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021).

Já no ano de 2010, o Decreto nº 7.397 estabeleceu formalmente a estratégia de EF como uma política pública de estado para promover o tema na sociedade. Instituiu-se então a Estratégia Nacional da Educação Financeira (Enef), “[...] com o objetivo de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores” (BRASIL, 2010). Este mesmo decreto constitui o Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef), “composto por Instituições Públicas, Privadas e Sociedade Civil para definir planos, programas, ações e coordenar a execução da ENEF, que é uma mobilização multissetorial em torno da promoção de ações de educação financeira no País” (SILVA, 2019, p. 26). Faz-se importante ressaltar a participação de órgãos voltados à educação dentro das instâncias que formam o Conef, como o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), o qual o Ministério da Educação (MEC) preside, conforme demonstrado no Anexo A, que apresenta a composição do Conef, os grupos e órgãos participantes (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021).

Em 2011, no âmbito da Enef, criou-se como experimento um programa de EF para o ensino médio, realizado em seis escolas públicas de estados brasileiros, sendo: São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Tocantins, Minas Gerais e Distrito Federal, no período de agosto de 2010 a dezembro de 2011 (ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL, 2016).

Três anos mais tarde, em 2014, devido ao sucesso do projeto-piloto, a Enef criou um programa de EF para o ensino fundamental, também como teste, com a participação de 101 escolas municipais de Joinville (SC) e Manaus (AM) (ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL, 2016).

Em 2016, iniciaram-se as discussões para elaboração da nova BNCC, por determinação do Plano Nacional de Educação (PNE), estando a EF entre os temas sugeridos (SILVA, 2019). No ano seguinte, 2017, foi homologada a BNCC para a educação infantil e o ensino fundamental.

No ano de 2018, a versão da BNCC para o ensino médio foi entregue ao Conselho Nacional da Educação (CNE) para ser debatida, e, em 14 de dezembro deste mesmo ano, homologou-se a BNCC para toda a educação básica (BRASIL, [201-]). Também ocorreu o primeiro ano do Projeto Itinerante de Educação Financeira, promovido pela Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil) e pelo Serasa Consumidor, com o intuito de levar a EF no caminhão e no barco que percorrem o país para formação de professores da rede pública. O projeto foi aplicado em 37 cidades e capacitou 1.571 professores (ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, [201-]b).

A partir de 2018, a EF deveria ser abordada de forma interdisciplinar nos currículos, como tema transversal, conforme definido pela BNCC (BRASIL, 2018). E, no ano de 2020, o Decreto nº 10.393 instituiu a nova Enef e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), revogando o decreto 7.397/2010 (BRASIL, 2020). A nova Enef é instituída “com a finalidade de promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no País [...]” (BRASIL, 2020).

A Enef, em seu texto, desenvolve ações para a abordagem da EF nas escolas e traz a importância de lidar com questões financeiras ao longo da vida, pois estas interferem em decisões que impactarão o presente e o futuro de todos. Assim, aprender a EF desde cedo ajudará a fundamentar os comportamentos dos indivíduos e, nesse contexto, a escola é um ambiente que possibilita além de conhecimento, aprendizagens sobre o convívio em sociedade, dando subsídios para que as escolhas e atitudes da população sejam mais conscientes (ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, [201-]a).

Em 2021, iniciou-se o Programa de Educação Financeira na Escola, a nível nacional, que visa à formação docente para o ensino da EF nas escolas públicas e privadas, incluindo as cívico-militares, abrangendo todos os professores da educação básica por meio de uma plataforma de educação a distância (EaD). O programa foi previsto conforme acordo de cooperação técnica entre a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o MEC, contou também com a parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). A iniciativa espera capacitar 500 mil professores nos três primeiros anos, e os primeiros cursos liberados destinam-se aos professores do nono ano do ensino fundamental e aos do primeiro ano do ensino médio. O Programa Educação Financeira na Escola disponibiliza em seu *site*, para

professores e alunos, materiais como vídeos, jogos, *podcasts* e coleções de livros, destinado ao ensino fundamental, médio e universitário (BRASIL, [202-]).

Analisando-se a linha do tempo, é possível compreender como se deu o processo histórico e de formação da EF no Brasil, contudo, faz-se necessário levantar alguns conceitos definidos por órgãos que fizeram parte desta construção, comparando-os com o que defendem autores sobre a EF no contexto escolar.

O Bacen, integrante do Conef, ainda que seja um participante líder na construção de conteúdo sobre o tema, defende a EF em uma perspectiva de mercado, preocupado com a eficiência do SFN. Tem-se a EF como um instrumento de desenvolvimento econômico, no qual as decisões financeiras dos indivíduos relacionadas a endividamento, inadimplência e investimentos interferem na economia do país. Para o Bacen (2013, p. 8), a EF visa proporcionar informações e conhecimentos sobre comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e da comunidade, formando “Consumidores bem educados financeiramente demandam serviços e produtos adequados às suas necessidades [...]” e incentivando, dessa forma, a competitividade e a transparência das instituições, para um sistema financeiro mais sólido e eficiente.

Para a Enef que seguiu a definição da OCDE adequando-a à realidade brasileira, a EF é:

[...] o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informadas, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, [201-], p. 3).

Apesar das definições, a EF no contexto escolar ainda é muito confundida com a matemática financeira, como afirma Silva (2019), que observou em seu estudo que EF e a matemática financeira são vistas como sinônimos e, muitas vezes, contextualizadas dentro da disciplina de matemática. Porém, a promoção de uma EF nesta relação, entre matemática e educação financeira, não é suficiente.

Educar-se financeiramente é mais que efetuar cálculos, implica também a relação da sociedade com dinheiro, o consumo consciente, o planejamento, a

pesquisa, ou seja, atitudes financeiras para construção de um bem-estar social (HAMMES, 2018; RAMON, TREVISAN, 2019).

Como definido na CF de 1988, a educação visa preparar o indivíduo para o exercício da cidadania e do trabalho (BRASIL, 1988), e, neste meio, o dinheiro está presente na vida de todos, desde muito cedo, por isso torna-se importante a abordagem deste tema já no início da vida escolar, de forma que, ao longo da escolarização, os indivíduos possam amadurecer os conceitos financeiros aprendidos, uma vez que o que se ensina hoje a uma criança pode levar 10, 20, 30 anos para surtir efeitos positivos na sociedade (SOUZA, 2012; CARVALHO, SCHOLZ, 2019). Aliado a isso, presencia-se no Brasil a falta de conhecimento sobre o tema e uma população muitas vezes consumista e impulsiva, que procura a satisfação imediata de seus desejos. Percebe-se, neste contexto, um paradoxo, que exige cuidado e atenção quando reportado aos ambientes escolares e familiares. Primeiramente, fica a questão: como falar sobre dinheiro e planejamento quando muitas famílias no Brasil contam o dinheiro para subsidiar a alimentação mínima necessária do dia? Em segundo lugar, está a doutrina social, que condiciona a riqueza ao lado egocêntrico das pessoas (SILVA, 2019).

Tendo isso em vista, mais uma vez se salienta a importância de abordar na escola temas do cotidiano e exigências para o mundo em sociedade, seja no âmbito político, econômico ou financeiro (CARVALHO; SCHOLZ, 2019). Discutir EF é abordar temas atuais que envolvem o dinheiro e as relações com ele, logo, a EF é um dos pilares para a formação de cidadãos e para a inclusão social em um país (PESSOA, MUNIZ, KISTEMANN, 2018; SILVA, POWELL, 2013).

Outro ponto que chama atenção nesta relação das finanças, é o poder que as campanhas de marketing possuem de influenciar o consumo, mais ainda quando direcionadas ao público infantil, facilmente influenciável. Entende-se que o consumo no mundo capitalista é o que faz a engrenagem econômica girar, porém, o que não é aceitável é induzir as pessoas que não possuem capacidade de discernimento, como as crianças e muitos adultos que, pela falta de conhecimento, tornam-se consumidores desequilibrados (DESTEFANI, 2015).

O trabalho que se deseja sobre EF no âmbito da sala de aula é possibilitar a formação do senso crítico dos estudantes, formando cidadãos cientes de seus direitos e deveres e capazes de agir de forma consciente, levando em conta os efeitos dos

atos dos seres humanos, no que se refere a consumo, natureza, dinheiro e suas relações.

A EF, na perspectiva da criticidade, é defendida por Peretti (2007 *apud* ROSSETTO, 2019, p. 31) por ser capaz de:

Desenvolver o senso crítico, com liberdade financeira, é vital para o futuro das pessoas e da sociedade. Acreditar que a felicidade é uma somatória de acontecimentos e comportamentos ligados ao ser humano. Ser feliz deve ser a essência do homem. O dinheiro por si só, não traz felicidade, mas é um grande contribuinte.

Entende-se, portanto, que a proposta de trabalho sobre EF no contexto escolar pretende ultrapassar os limites de uma aula conteudista. A EF não está atrelada somente às aulas de uma disciplina, é um campo rico em temáticas que podem ser associadas em sala de aula, propondo-se o desenvolvimento de outras habilidades, como discussão e resoluções de problemas, a fim de promover um trabalho crítico e social (FERREIRA, 2020).

Logo, não há um único caminho para se abordar a EF na escola, porém, é necessária uma alfabetização financeira. Nesse contexto, a EFE surge com a função de conscientizar sobre a importância desses conhecimentos. Nesse sentido, Silva e Powell (2013, p. 13) defendem que:

A Educação Financeira Escolar constitui-se de um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem.

A EFE não trata especificamente de um conteúdo, de matemática ou de dinheiro, é uma área que possibilita muitas discussões, temas interligados a diversas áreas dos saberes que devem ser abordados nas salas de aula, de acordo com a realidade e vivência das comunidades escolares, de forma que possam ser discutidos também nos lares. A BNCC aborda a EF como tema contemporâneo transversal, com a perspectiva de interligar as áreas do saber, porém, como uma determinação referencial obrigatória para adequações dos currículos. Essas normativas serão discutidas no capítulo 3, a seguir.

3 A IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O TEMA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Neste capítulo, são apresentadas a abordagem de pesquisa, a coleta de dados, bem como as análises realizadas para atingir os objetivos do estudo. Ele está dividido em duas seções. A primeira diz respeito ao documento norteador educacional, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e às suas relações com a Educação Financeira (EF); já a segunda seção apresenta o panorama da EF no Brasil, relacionando-o com a BNCC e as perspectivas das professoras entrevistadas em relação à prática de EF em sala de aula.

Quanto à estratégia metodológica, o presente trabalho trata-se de um estudo exploratório de abordagem qualitativa, já que se propõe a investigar as perspectivas dos professores sobre a abordagem do tema EF no contexto escolar. Para isso, necessitou-se entender as tendências e os comportamentos referentes ao trabalho em sala de aula. Dessa forma, esta pesquisa não se preocupou com uma representatividade numérica, pois os resultados do estudo não estão sujeitos a uma análise quantitativa (MCDANIEL; GATES, 2003).

Com base nos objetivos para execução da pesquisa, esta classificou-se como exploratória, já que buscou aprofundar estudos na área da Educação Financeira Escolar (EFE). Sobre a pesquisa exploratória, Gil (2008, p. 27) cita que:

[...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Para obtenção dos dados, utilizou-se como técnica a análise documental e a entrevista semiestruturada. A análise documental serviu para examinar e caracterizar a abordagem do tema EF trazida na BNCC, por meio de consulta ao documento legal. Segundo Gil (2010), a pesquisa documental assemelha-se muito à bibliográfica, aquela elaborada por meio de consultas a materiais já publicados, que podem ser materiais impressos ou divulgados em novos formatos, como retirados da internet. Para o autor, ambas as pesquisas se utilizam de dados já existentes, contudo, a pesquisa documental faz uso de documentos confeccionados com diversas finalidades, aceitando relatos de pesquisas, boletins, jornais, compilações estatísticas (GIL, 2010).

Para a análise documental, investigou-se primeiramente o histórico de elaboração da BNCC e, após, como se apresenta a sua estrutura, como o termo EF é mencionado no documento e a quais conteúdos ele é relacionado. Para isso, elaborou-se um quadro, conforme Apêndice A, que auxiliou na investigação.

A fim de obter outros dados qualitativos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Para Knechtel (2014, p. 166), a entrevista “É uma conversa orientada para um objetivo definido”. As entrevistas do tipo semiestruturadas são aquelas cujas questões são apresentadas de forma mais livre, espontâneas, de acordo com o rumo do diálogo (KNECHTEL, 2014). Para as entrevistas, elaborou-se um roteiro conforme apresentado no Apêndice B, “Roteiro de entrevistas”, que serviu como guia para esses diálogos.

Devido ao momento pandêmico, optou-se por realizar as entrevistas de forma virtual, por meio de aplicativos de teleconferência (Plataforma Zoom), o que permitiu entrevistar professoras de outras localidades. O critério de seleção utilizado foi que deveriam ser professores dos anos iniciais do ensino fundamental. Assim, foram contatadas e convidadas para participar de forma voluntária da pesquisa duas professoras de outras cidades, fora do município de Porto Alegre, e três professoras de escolas da cidade de Porto Alegre. O convite seguiu conforme descrito no roteiro (Apêndice B), de modo que todas estavam cientes do assunto da pesquisa; porém, devido à disponibilidade e ao aceite, foram entrevistadas ao todo três professoras, sendo uma do município de Porto Alegre e duas professoras de outras localidades.

As entrevistas foram realizadas com as três professoras. As conversas, que duraram aproximadamente 15 minutos e 30 minutos, foram gravadas com a permissão das participantes e posteriormente transcritas, conforme apresentado do Apêndice C, “Transcrições das entrevistas”. A primeira conversa com a Entrevistada 1 ocorreu no dia 8 de novembro de 2021, primeiramente agendada para as 16 horas. A professora entrevistada estava na sua escola de atuação, porém houve problemas com o áudio e com a gravação, ocasião em que a participante foi muito compreensiva e solícita, desde o momento do convite e remarcou para as 17 horas, em que estaria na sua residência. Na segunda tentativa, tudo fluiu bem, a conversa se deu de forma tranquila, agradável, com riqueza de detalhes.

A segunda conversa, com a Entrevistada 2, ocorreu dia 12 de novembro de 2021. Esta professora foi a última a ser contatada. No momento do convite expliquei sobre a dificuldade para realizar as entrevistas, e ela prontamente se colocou à

disposição. Assim como a primeira entrevistada, foi muito compreensiva, porém disponibilizava de pouco tempo, então marcamos de iniciar a conversa no mesmo dia, durante seu horário de intervalo. Iniciamos ao meio dia, conversamos por aproximadamente 10 minutos e tivemos que interromper, agendando o término da conversa para as 19 horas. Neste segundo momento, o clima da conversa foi bom, porém a entrevista se deu de forma mais objetiva que a primeira, pois a participante tinha compromisso agendado. Mesmo assim, se colocou à disposição caso alguma coisa não tivesse ficado clara. A terceira professora foi convidada anteriormente, mas só foi possível entrevistá-la no dia 16 de novembro de 2021. A conversa ocorreu às 9 horas e 15 minutos. Foi um diálogo mais rápido, bem objetivo, mas a professora se mostrou preparada e conhecedora dos assuntos.

As participantes foram identificadas na pesquisa como Entrevistada 1, Entrevistada 2 e Entrevistada 3. Respeitando o anonimato, as informações sobre o perfil das entrevistadas encontram-se no Quadro 2, apresentado a seguir.

Quadro 2 – Caracterização das entrevistadas

| Professoras | Entrevistada 1 | Entrevistada 2 | Entrevistada 3 |
|--|--|--|---|
| Gênero | Feminino | Feminino | Feminino |
| Formação | Pedagogia - Universidade Católica de Pelotas (UCPel) Pós-graduação em História para a Diversidade (FURG) | Pedagogia - Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc) Pós-graduação em Psicopedagogia | Magistério Pedagogia com habilitação em anos iniciais e supervisão escolar – (Uniritter); Pós graduação em Gestão da Educação em diferentes espaços educativos (Uniritter). |
| Tempo de docência | 24 anos | 5 anos | 22 anos |
| Tipo de instituição que atua | Escola pública municipal | Escola pública municipal. | Escola privada. |
| Contexto escolar | Escola de cidade do interior do Rio Grande do Sul Localizada na zona rural do município. | Escola de cidade do interior de Santa Catarina | Escola de uma grande rede privada no município de Porto Alegre. |
| Ano(s) do ensino fundamental que atua | Quarto e quinto ano | Primeiro ano | Terceiro ano |

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021)

As informações obtidas nas entrevistas foram trabalhadas a partir da análise categorial, que seguiu as categorias definidas *a priori* no momento da elaboração do roteiro das entrevistas, de acordo com os objetivos específicos a serem seguidos para a realização da pesquisa, bem como os referencias teóricos estudados, sendo as categorias:

- Caracterização e contexto escolar;
- Conhecimentos e mudanças curriculares devido à homologação da BNCC;
- Conhecimento sobre os temas transversais propostos pela BNCC e a EF;
- Abordagem do tema EF em sala de aula.

3.1 DOCUMENTOS NORTEADORES E SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Esta seção discorre sobre a construção da BNCC e de que forma a EF é mencionada neste documento normativo.

O processo de elaboração da BNCC, que tem como marco o ano 2015, apresenta-se em contextos complexos, em meio a disputas políticas e interesses públicos e privados e, portanto, é bastante criticada. Contudo, percebe-se que o início de sua construção se dá mesmo ao longo da história da educação brasileira. A LDBEN de 1971 estabelecia um núcleo curricular comum e a própria CF de 1988 já previa uma base com conteúdos mínimos assegurados na educação básica. Assim, a BNCC se desenvolveu como uma proposta de política de Estado, que objetivava colocar em prática o que já constava na legislação brasileira (CORRÊA; MORGADO, 2018). Para Santos Filho, Barroso e Sampaio (2021), a BNCC construiu-se ao longo do tempo, sendo implantada de forma que se tornasse imperceptível, para que a sociedade a entendesse como algo benéfico, sem questionar os seus reais objetivos.

Para entendimento, cabe retomar alguns pontos históricos da legislação. A LDBEN de 1971, apesar de ser pioneira em estabelecer um currículo mínimo para o âmbito nacional, foi lançada no período de Ditadura Militar, com intuito de padronizar o sistema educacional (CORRÊA; MORGADO, 2018). Foi a partir da LDBEN de 1996 que a Base passou a ser uma demanda legal, e logo foram elaborados pelo MEC os PCNs do ensino fundamental, nos anos de 1997 e 1998, e os PCNs do ensino médio (PCNEM), no ano 2000. Concomitantemente, em 1997, implementam-se as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), com as diretrizes para a educação básica,

reorientando os currículos dos sistemas de ensino. Contudo, conforme analisam Corrêa e Morgado (2018), o que estava em jogo era a implementação de avaliações em larga escala, com a pretensão de melhorar a educação do país, iniciando pelo “final”, ou seja, pela avaliação.

Dando prosseguimento, no ano de 2010, foi discutido o Plano Nacional de Educação (PNE), lançado em 2011. Este estabeleceu diretrizes, metas e estratégias para o desenvolvimento da educação nacional. O PNE teve como concepção construir um sistema nacional de educação, garantindo uma política educacional nacional comum, indicando entre outras, “[...] bases epistemológicas que garantam a configuração de um currículo que contemple, ao mesmo tempo, uma base nacional demandada pelo sistema nacional de educação e as especificidades regionais e locais [...]” (CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2010, p. 38).

Foi com a agenda no novo PNE, com vigência de dez anos, aprovado pela Lei nº 13.005 (BRASIL, 2014), que o debate da BNCC ganhou força. Em seu texto, o PNE apresentou, como estratégias para alcance das metas estabelecidas, encaminhar ao Conselho Nacional da Educação (CNE) uma proposta de construção dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos de toda a educação básica. O PNE também estabeleceu diretrizes pedagógicas e uma base comum para orientar os currículos no país, respeitando as diversidades locais, visando garantir uma formação básica comum (BRASIL, 2014).

Seguindo as estratégias apresentadas no novo PNE, no ano de 2015, ocorreu o I Seminário Interinstitucional para Elaboração da Base, no qual foi instituída a Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da BNCC. A primeira fase de elaboração contou a cooperação de professores e especialistas universitários e, posteriormente, com uma consulta pública na internet, resultando na primeira versão da BNCC, disponibilizada em 16 de setembro de 2015 (BRASIL, [201-]).

Entre concordâncias e discordâncias, a Base teve ao todo três versões. No dia 3 de maio de 2016, a segunda versão da BNCC foi apresentada e discutida em seminários promovidos pelos Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), com professores, gestores e especialistas (BRASIL, [201-]; PERONI, CAETANO, ARELARO, 2019). Expõe-se uma versão fundamentada nos princípios éticos, políticos e estéticos com o intuito de definir os direitos de aprendizagens da educação básica,

para busca, conforme cita o documento, de uma formação humana integral (BRASIL, 2016).

A terceira versão da BNCC foi apresentada em abril de 2017 ao CNE e, em 20 de dezembro de 2017, foi homologada a Base correspondente às etapas da educação infantil e do ensino fundamental. Foi somente no final do ano de 2018 que o país passou a contar com o documento pleno, incluindo o ensino médio. Tem-se, a partir de então, documentada a BNCC para toda a educação básica (BRASIL, [201-]).

A Base passou a ser elaborada propriamente a partir de análises dos documentos legais e curriculares já existentes e constitui-se como:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2018, p. 7).

Por mais que a BNCC defenda uma educação pela igualdade, observa-se, no seu processo de construção, muitas interferências, interesses e mudanças de discursos e conceitos ao longo das versões. Como exemplo, pode-se citar a concepção de uma base nacional comum que passou a ser BNCC e os direitos de aprendizagem, que passaram para competências e habilidades, criando uma idealização curricular (PERONI; CAETANO; ARELARO, 2019).

Peroni, Caetano e Arelaro (2019, p. 43) criticam a constituição da BNCC, realizada por meio de uma política pública “[...] antidemocrática, sem transparência e sem ampla discussão com a sociedade brasileira”. A BNCC foi influenciada por disputas políticas, considerando que o processo de construção ocorreu em dois períodos políticos distintos (governo da Presidenta Dilma Rousseff e após o governo do então Vice-presidente Michel Temer), assim como foi influenciada por interesses públicos e privados, uma vez que sua estruturação se deu estabelecendo parcerias com grupos de empresas privadas e “incorporando assim bandeiras do movimento empresarial e por outro o financiamento do grande capital alinhado à OCDE” (PERONI; CAETANO; ARELARO, 2019, p. 46).

Importa referir também que o modelo de base curricular adotado no Brasil remete a referências de outros países, logo, moldes internacionais ganharam espaço na educação brasileira (CORRÊA; MORGADO, 2018). Nesse contexto, para o MEC,

a BNCC será referência para formação de professores, adequação de livros didáticos e alinhamento nas avaliações, porém, os docentes afirmavam que a BNCC seguia as mesmas iniciativas curriculares que já eram utilizadas anteriormente, tendo, no entanto, maior foco nos conteúdos, controlando, dessa forma, o ensino, “[...] para oferecer respostas as demandas exigidas pelo mundo do trabalho e melhora de resultados nas avaliações externas nacionais e internacionais, o que retira o ineditismo dessa política e relativiza o seu impacto na educação” (LEMOS; OLIVEIRA, 2020, p. 837).

Mesmo com todas as críticas à sua constituição, a BNCC foi homologada e, a partir do ano de 2019, passou a ser o documento normativo para construção dos currículos nas escolas, visando “[...] à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva [...]” (BRASIL, 2018, p. 7).

Quanto à ordenação do documento, a BNCC traz inicialmente as dez competências gerais que ao longo da educação básica devem ser asseguradas aos estudantes por meio das aprendizagens essenciais. Essas competências inter-relacionam-se com a proposta didática para as três etapas da educação básica. O documento apresenta articulações de saberes e conteúdos que objetivam a construção dos conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades pelos educandos (BRASIL, 2018), organização demonstrada a seguir pela Figura 2.

Figura 2 – Estrutura da BNCC

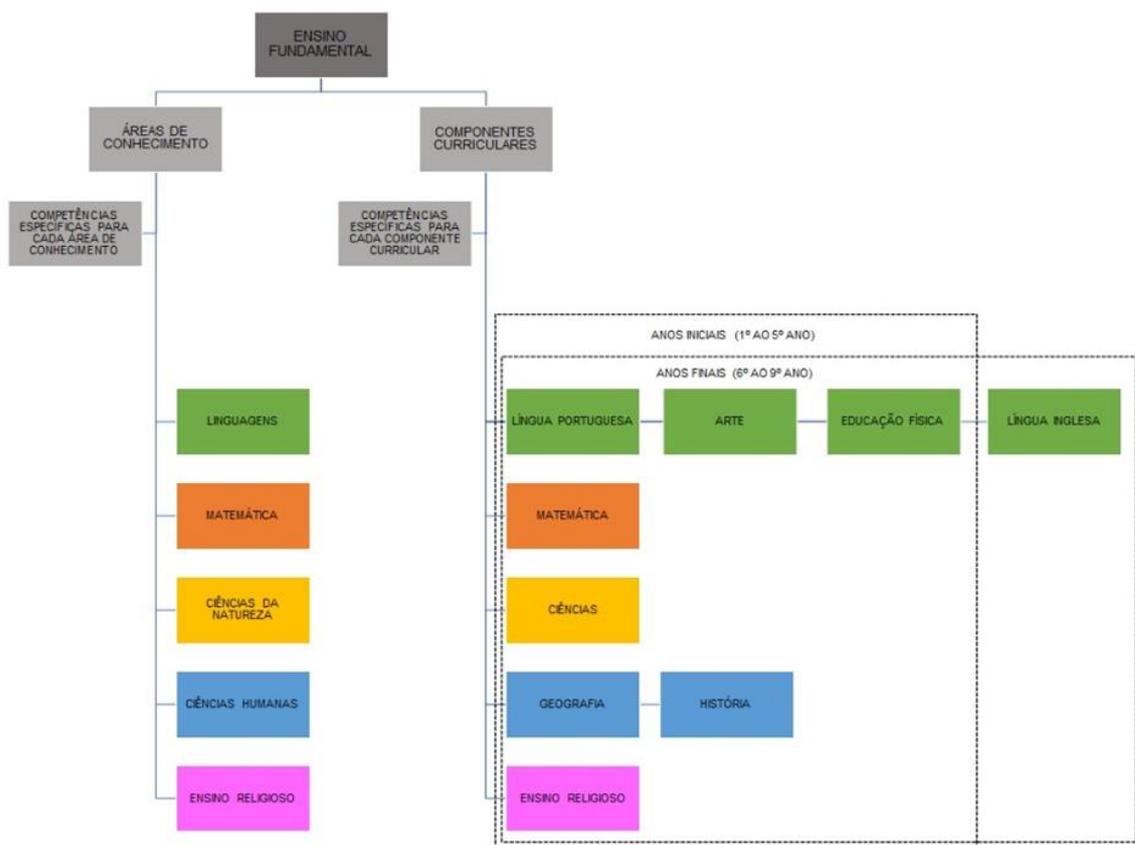


Fonte: Elaborado pela autora (2021) adaptado de BNCC (BRASIL, 2018).

As competências na BNCC são definidas como uma associação “[...] de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 8).

A respeito da estruturação do documento, a etapa do ensino fundamental está organizada em cinco áreas do conhecimento, ligadas aos componentes curriculares, conforme demonstra a Figura 3. É importante salientar que se tem como etapa foco deste estudo os anos iniciais do ensino fundamental, do primeiro ao quinto ano, portanto, não será especificada a estrutura das demais etapas.

Figura 3 – Estruturação da BNCC para o ensino fundamental



Fonte: Elaborado pela autora (2021) adaptado de BNCC (BRASIL, [2018]).

3.1.1 A Educação Financeira na BNCC

Para analisar a presença da EF na BNCC, primeiramente, foram estabelecidos alguns comparativos com marcos legais da educação brasileira, conforme apresentado no item 2.1 deste estudo. Nos PCNs, não há propriamente citação da EF, contudo, conforme aponta Silva (2019, p. 25) apresenta-se a qualificação para o trabalho e a relação deste com o consumo, portanto, “[...] surge um significado amplo e direto sobre a política econômica e a importância do conhecimento financeiro”. Embora não haja referência direta à EF, os PCNs apresentam temas afins, como trabalho, consumo, ética e cidadania, presentes como temas transversais. (GIORDANO, ASSIS, COUTINHO, 2019; BRASIL, 1997).

Já na BNCC, o termo EF aparece e é citado pela primeira vez na seção que trata dos currículos, dentro dos temas contemporâneos quando especifica que:

cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de **temas contemporâneos** que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma **transversal e integradora**. (BRASIL, 2018, p. 19, grifo nosso).

Os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) buscam contextualizar o ensino em sala de aula, fazendo com que os conteúdos não sejam apresentados de forma abstrata e fragmentada aos educandos. O objetivo é trazer temas interessantes e relevantes para a formação dos estudantes e para o desenvolvimento destes como cidadãos, de forma que eles possam reconhecer e aprender a importância desse temas para sua atuação na sociedade (BRASIL, 2019).

Os TCTs não são uma proposta pedagógica nova, originada nos PCNs de 1996, chamados na época somente de Temas Contemporâneos, tinham um caráter de recomendação para a educação básica, a qual deveria abordar assuntos que atravessassem as mais diversas disciplinas (BRASIL, 2019). Nos PCNs, os temas transversais eram seis: saúde, ética, trabalho e consumo, orientação sexual, meio ambiente e pluralidade cultural.

Hoje os temas contemporâneos são uma referência nacional obrigatória para a construção dos currículos e das propostas pedagógicas, determinados pela BNCC. Na Base, “[...] eles passaram a ser considerados como conteúdos essenciais para a Educação Básica [...]” (BRASIL, 2019, p. 14). Destaca-se também a alteração na

nomenclatura, que se tornou “Temas Contemporâneos Transversais”. O termo “contemporâneos” foi inserido para representar o objetivo dos temas de trazer para a realidade dos estudantes demandas da sociedade atual, com o intuito de permitir que o educandos entendam melhor questões, como cuidar de sua saúde, utilizar de forma otimizada seu dinheiro, usar novas tecnologias, cuidar do meio em que vivem, compreender e respeitar a diversidade, conhecer seus direitos e deveres, ou seja, assuntos atribuídos à contemporaneidade (BRASIL, 2019).

Já o termo “transversal” refere-se àquilo que atravessa, que não pertence a uma área específica do conhecimento, mas perpassa todas elas. O CNE abordou amplamente sobre a transversalidade no Parecer nº 7, de 7 de abril de 2010.

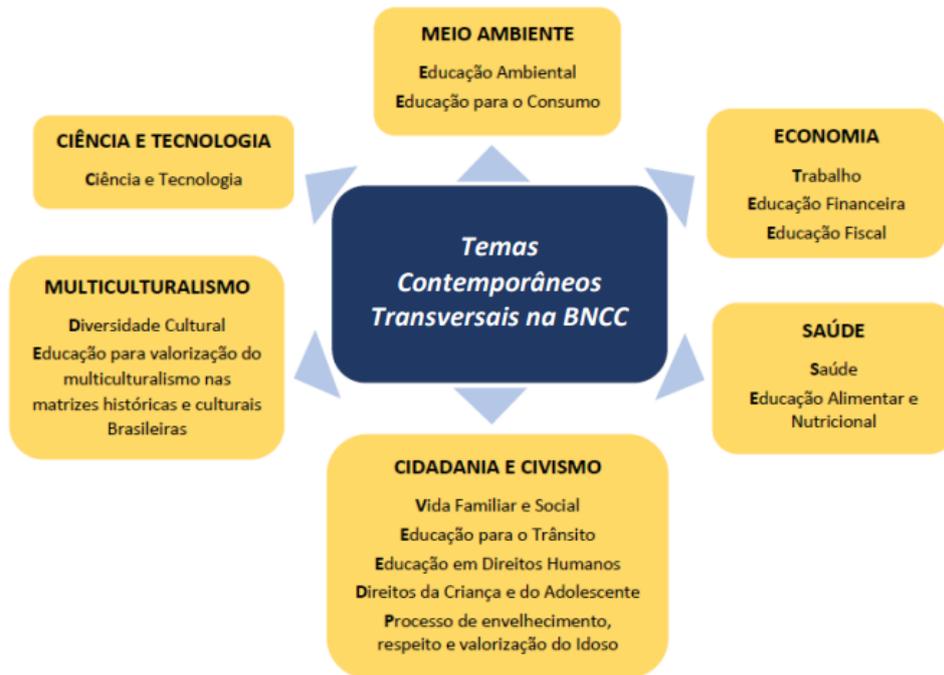
A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas. (BRASIL, 2010a, p. 24).

O documento do MEC, “Contexto históricos e pressupostos pedagógicos dos TCTs”, afirma que, com a BNCC, os TCTs receberam espaço nos currículos escolares e uma importância compatíveis com sua relevância (BRASIL, 2019). Por conseguinte, visando atender às novas demandas sociais, diferentemente dos PCNs, a BNCC apresenta 15 TCTs, distribuídos em seis macroáreas temáticas, conforme demonstra a Figura 4, a seguir (BRASIL, 2019).

Apesar do caráter obrigatório dos temas, são as escolas que devem incorporar aos currículos essas abordagens (BRASIL, 2019). No entanto, segundo a BNCC, estes temas devem ser tratados de forma contextualizada e interdisciplinar, pois estão contemplados dentro das habilidades dos componentes curriculares (BRASIL, 2018). Em relação ao tema EF, para Teixeira (2015) a maioria das escolas a contextualiza na disciplina de matemática, o que não é suficiente. O autor não defende que seja destinado uma disciplina específica para abordar o tema, mas sim que seja tratada como um tema transversal, possibilitando assuntos relacionados a ela e dialogando com diversas disciplinas do currículo. Assim, evidencia-se a importância de a escola abordar temas cotidianos, exigências do mundo, nos âmbito político, econômico e

financeiro. Para que os estudantes comecem a entender o funcionamento da sociedade, é preciso trabalhar com situações reais e familiares, sobre como funciona a economia de casa, as contas de luz, água, entre outros fatores.

Figura 4 – TCTs na BNCC



Fonte: Brasil (2019, p. 13).

Na análise dos dados da BNCC, apresentado no Apêndice A, “Instrumento de coleta de dados para análise da BNCC”, percebe-se a menção direta ao termo EF em poucas áreas. Além de ser abordada como um TCT, a EF aparece na área de conhecimento da matemática, na unidade temática números, a qual aborda “[...] o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos [...]” (BRASIL, 2018, p. 269) e, posteriormente, é mencionada na habilidade, da mesma área da matemática, para o quinto ano.

(EF05MA06) Associar as representações 10%, 25%, 50%, 75% e 100% respectivamente à décima parte, quarta parte, metade, três quartos e um inteiro, para calcular porcentagens, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de **educação financeira**, entre outros (BRASIL, 2018, p. 295, grifo nosso).

As demais referências à EF aparecem, nas etapas do anos finais do ensino fundamental, sempre na área da matemática e, no Ensino Médio, citadas na área de ciências humanas e sociais. Assim, é possível confirmar que, quando mencionada, a EF, na maioria das vezes, está vinculada à matemática. Por essa lógica, pode-se inferir o motivo de muitas escolas abordarem e compreenderem que a EF está somente vinculada ao componente curricular matemática.

Contudo, por meio do levantamento realizado na BNCC, baseado nos referenciais teóricos sobre EF, verificou-se que, nos anos iniciais, a EF é apresentada relacionada ao consumo e ao mundo do trabalho, assim como aparece nas competências gerais da educação básica. Entre elas, destaca-se a sexta competência:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender **as relações próprias do mundo do trabalho** e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, 2018, p. 9, grifo nosso).

Também cabe destacar a sétima competência, que trata do consumo responsável:

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o **consumo responsável** em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. (BRASIL, 2018, p. 9, grifo nosso).

A EF na BNCC segue o que a CF de 88 e a LDBEN dispõem, isto é, que a educação visa ao desenvolvimento dos sujeitos, preparando-os para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho (BRASIL, 1988; 1996).

Quando a EF é citada como TCTs, ela se encontra na macroárea temática economia, como se apresentou na Figura 4, que traz temas como o trabalho, a EF e a educação fiscal. Dessa forma, é possível compreender o motivo da forte associação entre a EF e o mundo do trabalho, conforme se apresenta na BNCC.

Outro ponto a salientar é a menção ao desenvolvimento de competências, associadas a saber como resolver questões relacionadas ao mundo do trabalho. Na BNCC, o trabalho está presente em diversas competências citadas nas áreas da matemática e das ciências da natureza, com maior presença como objeto de

conhecimento e habilidades na área das ciências humanas. Conforme o próprio documento afirma, o desenvolvimento de competências está relacionado com o que os educandos devem saber fazer, de forma a lhes assegurar aprendizagens essenciais (BRASIL, 2018), ou seja, interpreta-se o que os alunos precisam saber para serem, no futuro, bons para o mercado de trabalho.

Continuando a análise, percebe-se que a EF está contida na BNCC, dentro das habilidades relacionadas ao sistema monetário, ou seja, conhecimento sobre o dinheiro. O estudo do sistema monetário está sempre presente na BNCC como objeto de conhecimento e habilidades dentro da área da matemática do primeiro ao quarto ano do ensino fundamental (Apêndice A). Nesse mesmo sentido, o RCG não faz menção direta ao termo EF, o qual aparece indiretamente, relacionado ao uso do dinheiro, como nas habilidades “(EF01MA19RS-3) Agir e tomar decisões com responsabilidade quanto ao uso do dinheiro em situações cotidianas” (RCG, 2018, p. 66) e “(EF02MA20RS-3) discutir e reconhecer o valor do dinheiro ressignificando hábitos, atitudes, valores e traçando prioridades, planejamento e orçamento em situações do cotidiano do estudante” (RCG, 2018, p. 77). Interpreta-se que o RCG considera proporcionar aos aprendizes um pensamento mais complexo do que o proposto pela BNCC, envolvendo planejamento, discussão e decisões acerca do uso do dinheiro.

Compreende-se que os currículos propostos pela BNCC, estando referenciados em competências e habilidades, demonstram claramente os diversos interesses que influenciaram a construção da BNCC, sobretudo interesses capitalistas, que visam mercantilizar a educação, trazendo medidas importadas, como as avaliações em larga escala, como forma de ranquear países e atrair investimentos estrangeiros.

Por meio da análise, reafirma-se que cabe às redes de ensino e às escolas incorporar os temas contemporâneos aos seus currículos, conforme bem cita a BNCC (BRASIL, 2018). A EF aparece, de forma explícita, poucas vezes no documento.

É possível estabelecer a relação da EF com dinheiro, finanças, aspectos monetários, consumo e trabalho, como se fez na coleta de dados (Apêndice A). No entanto, percebe-se que a Base ainda a apresenta de forma fragmentada, com foco em conteúdos. Mesmo que apresente uma preocupação com a formação integral, os conhecimentos de cada campo são direcionados para saberes bem específicos, como o saber monetário, voltado especificamente ao conhecimento do dinheiro, a

comparações e a cálculos matemáticos. Quando a BNCC menciona conhecimentos acerca de “consumo”, volta-se para a produção e a circulação de bens, logo, ainda que a base cite que presa por um estudo interdisciplinar e que vise desenvolver o pensamento crítico dos sujeitos, o documento, da forma que está estruturado, não parece colaborar para esta construção no processo de ensino e aprendizagem. Esta responsabilidade acaba recaindo mesmo sobre o trabalho da escola e do professor, atuações essas melhor analisadas após as entrevistas conforme apresentado na seção 3.2, a seguir.

3.2 PANORAMA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR À SALA DE AULA

Esta subseção apresenta o panorama da EF nas escolas. Por meio das entrevistas realizadas com três professoras dos anos iniciais do ensino fundamental, foi possível analisar as perspectivas sobre o tema EF no contexto escolar.

A análise dos dados empíricos foi realizada por meio da análise documental da BNCC e das entrevistas semiestruturadas, tendo como base o referencial bibliográfico. Para a investigação sobre o panorama da EF, foram estabelecidas algumas relações entre o que menciona a BNCC e como a EF acontece em sala de aula.

Para melhor organização dos dados e análise, foi estruturado um quadro para cada uma das categorias *a priori*, a fim de se analisar as falas das entrevistadas. Inicia-se então pela caracterização e contexto escolar de atuação das entrevistadas. As três professoras possuem graduação em pedagogia e pós-graduação em diferentes áreas, com experiência na docência de 5 a 24 anos, conforme sintetizado no Quadro 3.

Quadro 3 – Análise das entrevistas: caracterização e contexto escolar

| Caracterização e contexto escolar | | | |
|-----------------------------------|--|---|---|
| Professoras | Entrevistada 1 | Entrevistada 2 | Entrevistada 3 |
| Contexto escolar | Professora de escola pública municipal; atua com 4º e 5º ano | Professora de escola pública municipal; atua com 1º ano | Professora de escola privada; atua com 3º ano |
| | Escola de zona rural de município de São Lourenço do Sul/RS | Escola do município de Forquilha/SC | Escola do município de Porto Alegre/RS |

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

As professoras participantes da pesquisa atuam em diferentes contextos. As Entrevistadas 1 e 2 atuam em escolas públicas municipais de pequenas cidades, já a Entrevistada 3 atua em uma escola da capital Porto Alegre, pertencente a uma grande rede privada de ensino, e sempre atuou em escolas particulares.

As diferentes realidades trouxeram alguns pontos de observação, como, por exemplo, o fato de que a Entrevistada 1, que atua em escola pública, afirmou que, apesar de sua formação a habilitar a trabalhar com os anos iniciais, atuou com 6º e 7º ano com o componente curricular matemática, devido à demanda e falta de professores na escola. “Olha, a minha formação é pedagogia anos iniciais né! Eu já trabalhei com sexto, sétimo ano também, matemática, que eu gosto” (ENTREVISTADA 1). A Entrevistada 2 comparou, em sua fala, as escolas públicas e privadas quando disse que teve experiência sobre o trabalho da EF em uma escola privada.

[...] eu vi um projeto muito legal de EF na escolinha particular, só que é, esse normalmente que é o erro né! Acontece muito nas escolas particulares, e escolas do município não se entra muito nesse tema, onde seria muito importante né! (ENTREVISTADA 2).

Por outro lado, ambas falaram sobre a flexibilidade e autonomia em sala de aula para trazer temas que consideram importantes, de forma contextualizada e direcionada para a idade dos educandos.

A Entrevistada 3 foi a única professora que mencionou possuir material pedagógico específico para o tema EF, ainda que mencione que o dia a dia da sala de aula traz assuntos relevantes que são tratados, além do que apresenta o material.

Quando as entrevistadas foram questionadas em relação à sua preparação e ao conhecimento sobre a BNCC, a fim de examinar como o tema EF foi proposto, todas as professoras tinham conhecimento sobre o assunto e receberam formações realizadas por suas redes. A Entrevistada 1, além das formações realizadas pela escola e pelo município, participou da análise para construção do referencial curricular do município com base na proposta da BNCC e analisou os conteúdos da área das ciências humanas: história e geografia.

O Quadro 4 apresenta de forma resumida alguns tópicos das falas das entrevistadas em relação à formação sobre a Base, assim como as mudanças curriculares e em sala de aula, após a homologação da BNCC.

Quadro 4 – Análise das entrevistas: conhecimento e mudanças curriculares em razão da BNCC

(continua)

| Conhecimentos e mudanças curriculares devido à homologação da BNCC | | | |
|--|--|--|--|
| Itens sobre a BNCC | Entrevistada 1 | Entrevistada 2 | Entrevistada 3 |
| Formação sobre a BNCC | “[...] a escola já vinha falando, né, assim, quando surgiu essa questão em 2019, já tínhamos algumas formações sobre isso.” | “A rede fez formação de professores, alguns professores ajudaram a modificar a proposta curricular do município.” | “A rede particular que eu trabalho, ela sempre proporciona muitos cursos de formação e atualização docente, então, conforme a BNCC foi implementada, nós já começamos a estudar e fazer uma revisão acerca das habilidades, dos conteúdos, das competências [...]” |
| Reestruturação curricular e as formas de trabalho por parte da escola | “Mudou bastante sim, os conteúdos mudaram bastante, assim tipo coisas que eram do sexto foram para o quinto ano, do quinto foram para o sexto [...]” “[...] acostumado assim a trabalhar num ritmo, tivemos que se adaptar bastante, mudou bastante coisa [...]” | “[...] a escola nos trouxeram a proposta de acordo com a BNCC, mas como trabalhar em sala de aula, na prática isso não foi [...]” “[...] nós temos bastante autonomia e depende de cada professor como aborda em sala de aula, isso fica até bem livre assim.” | “Sim, os documentos da rede foram todos reformulados, sendo atualizadas essas novas versões, bem como todo o material que a gente faz uso, de livro didático também.” “Então mudou, né, a visão, mudou a maneira de trabalho também.” |
| Tratativa sobre os temas transversais | “Sim, a gente sempre trabalha, né, a nossa escola aqui ela trabalha muito a questão ambiental, né [...]” “[...] assim é flexível. A gente pode trabalhar, assim é para trabalhar os temas transversais, mas assim de acordo com o que tu acha, assim, no momento que tu acha adequado.” | “Não, a escola quando organizou ali a BNCC, nos trouxe mais a questão, entregou a proposta para nós que tá de acordo com a BNCC, proposta no município, mas mais para gente saber, é.... organizar conteúdo, essas coisas, mas não em função de prática tá! Isso é de cada professor.” | “A gente conversa muito sobre os temas transversais e vai muito da gestão do professor em sala de aula.” “[...] conforme nosso olhar, a gente vai introduzindo e vai dando conta dessas demandas.” |

Quadro 4 – Análise das entrevistas: conhecimento e mudanças curriculares em razão da BNCC

(conclusão)

| | | | |
|--|--|---|---|
| <p>Organização das professoras e planejamento das aulas em função da BNCC</p> | <p>“Sim, eu acho que a maioria teve, porque mudou bastante, assim como eu te falei né do programático, assim com a BNCC mudou bastante coisa.”</p> | <p>“[...] não por causa da base, porque a base eu acredito assim, que vai ao encontro do eu acredito [...]”</p> <p>“Eu vou me aprimorando e mudando minha maneira de trabalhar, em função do que eu quero me especializar na alfabetização mesmo, mas não porque veio uma base, né!”</p> <p>“[...] pouca coisa de conteúdo mudou, não mudou muita coisa não.”</p> | <p>“[...] eu não percebo uma alteração de conteúdos [...]”</p> <p>“Eu não sinto grandes mudanças de proposta, mas eu sinto um olhar diferente de trabalho, para que contemple aquilo que a BNCC sugeriu.”</p> |
|--|--|---|---|

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

No que se refere à reestruturação de currículo, às formas de trabalho, à organização e ao planejamento das aulas pelas professoras, a Entrevistada 1 afirma que houve muita mudança em relação aos conteúdos programáticos. Segundo ela, a respeito da ordem de ensino dos conteúdos, alguns temas que eram tratados em alguns anos escolares passaram para outros. Ela afirma que, se a escolha dependesse dela, alguns conteúdos não seriam alterados, pois as crianças não possuem maturidade para determinados conteúdos. Contudo, a professora afirmou que teve de se adaptar às mudanças trazidas pela BNCC. Porém, mesmo que a base não mencione certo conteúdo ou habilidade específica, aqueles saberes que ela considera importante, adaptados à faixa etária da turma, são trabalhado em aula e relacionados às habilidades da BNCC que melhor se enquadram, já que algumas habilidades abordam temas muito amplos: “Aí tu vais encaixando ali nos códigos. O que for mais parecida assim, que tem uns temas muito amplos né, então dá para ti encaixar ali.” (ENTREVISTADA 1). Já a Entrevistada 2, professora do primeiro ano, e a Entrevistada 3, professora do terceiro ano, não perceberam alterações quanto aos conteúdos. Para a Entrevistada 2, professora alfabetizadora, as práticas são aprimoradas de acordo com a necessidade e seguindo as concepções pedagógicas em que ela acredita, mas não devido à BNCC. Para a Entrevistada 3, houve mudanças quanto às formas de aplicação dos conteúdos, não dos conteúdos especificamente:

“eu percebo um olhar diferenciado neste trabalho. Justamente para que se dê o tempo correto e a construção necessária da aprendizagem daquela habilidade” (Entrevistada 3).

Todas as professoras entrevistadas conheciam os temas transversais e mencionaram se as suas escolas trabalhavam ou não esse temas. Suas falas referentes aos TCTs e à EF são apresentadas de forma resumida no Quadro 5.

Quadro 5 – Análise das entrevistas: conhecimento e trabalho relacionado aos TCTs

| Conhecimento sobre os temas transversais propostos pela BNCC e a EF | | | |
|--|--|--|---|
| TCTs e a EF | Entrevistada 1 | Entrevistada 2 | Entrevistada 3 |
| Conhecimento sobre os TCTs | “[...] os temas transversais já são muito antigos, então não mudou muita coisa, basicamente os mesmos que a gente precisa trabalhar, dentro do contexto.” | [...] por causa do concurso, ano passado e outras provas, eu sempre estava estudando a Base e quando veio para escola também a proposta, a gente deu mais uma lida, estudada e vi essas alterações sim!” | “Sim, conheço os temas transversais.” |
| Trabalho relacionado a esses temas (projeto ou atividade na escola) | “Tem vários projetos ligados ao meio ambiente, de reciclagem, que como aqui não tem recolhimento de lixo, então a gente tem vários projetos [...]” | “Mas... sinceramente mesmo, projeto da escola focando nesses temas, não teve não tá!” | “Sim! em relação à EF, a rede que eu atuo também tem um trabalho voltado para isso, com um projeto muito bacana da Oficina das Finanças [...]” |
| A EF | “Eu acho que é importante a gente trabalhar, né, até pra eles saberem, tipo valores, né, saber que as coisas não são de graça e, eu acho importante trabalhar, mas sempre dentro de um contexto [...]” | “[...] eu acho que é muito importante, desde pequeno, já entender o que é o dinheiro, para que serve, como usá-lo.” | “Eu acho que o trabalho com a educação financeira, ele tem um impacto importante em todas as áreas né, porque a gente não aborda direto a questão do dinheiro, do juntar, do gastar, mas, uma série de outras questões que permeiam esse assunto [...]” |

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

A Entrevistada 1 afirmou que esses temas já são trabalhados na escola há muitos anos, antes mesmo de terem essa nomenclatura de “TCTs”. Por ser uma escola do interior, há muitos projetos relacionados ao meio ambiente, à reciclagem e à EF. Ela mencionou um dos projetos, em que as alunos levam para a escola materiais

recicláveis, como latinhas, embalagens plásticas, como de produtos de limpeza (amaciante, detergente, etc.), as quais são recolhidas, geram uma pontuação e são trocadas por um dinheiro fictício, que serve para comprar produtos na “lojinha da escola”. Nesta lojinha, os alunos podem encontrar materiais escolares, brindes, produtos variados, envolvendo assim também a questão da EF. A iniciativa é ainda mais benéfica, já que, na zona rural onde a escola está sediada, não há recolhimento do lixo.

A Entrevistada 1 salienta o fato de o tema EF ser contextualizado e adequando ao conteúdo que está sendo trabalhado em aula, o que vai ao encontro do que menciona a BNCC, a qual propõe que TCTs devem atravessar os conteúdos, de forma a proporcionar conhecimentos de forma integral e interdisciplinar (BRASIL, 2018).

A professora afirma ainda que se deve levar em consideração a realidade dos alunos, sem desperdiçar questionamentos levados para dentro da sala de aula. Como exemplo, a Entrevistada 1 relatou uma conversa que teve com os alunos sobre o preço de minipizzas vendidas no bar da escola ser caro ou barato, e juntos realizaram o cálculo. “Mas tu vê, isso veio deles, é uma coisa que já vai puxando, pra eles darem valor ao dinheiro, porque se tu vai juntando R\$ 3,50 por dia, dá pra comprar outras coisas pra dentro de casa” (Entrevistada 1).

A Entrevistada 3, professora da rede privada, cita que sua escola trabalha com um projeto chamado Oficina das Finanças, que compreende do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental. O projeto adota um material pedagógico, um livro utilizado há três anos pela rede, o que coincide com a homologação da BNCC. A professora afirma que o livro apresenta:

[...] um personagem lúdico, que é o Dindim, mostrando assim diariamente para as crianças situações que envolvem EF. Questões de escolha, de desejo, questões de necessidade, enfim, tudo aquilo que envolve essa organização financeira que a criança vai desenvolvendo até a sua fase adulta. (ENTREVISTADA 3).

A última categoria *a priori* foca na abordagem do tema EF nas turmas de atuação das professoras entrevistadas. De forma sintetizada, alguns trechos das falas são apresentados no Quadro 6, a seguir.

Quadro 6 – Análise das entrevista: abordagem do tema EF em sala de aula

(continua)

| A abordagem do tema EF em sala de aula | | | |
|--|---|--|---|
| Prática em sala de aula | Entrevistada 1 | Entrevistada 2 | Entrevistada 3 |
| Alteração nas aulas em função da menção da EF pela BNCC | “Não, acho que não. Claro, como eu te falei, às vezes surgem coisas da aula que tu acaba puxando.” | “No meu caso, que é primeiro ano, não mudei muito não.” | “[...] nós trabalhamos com EF, nessa rede em que eu atuo, já há três anos, com esse material.” |
| Contextos em que abordam ou poderiam relacionar a EF | “Eu acho que envolve todos, né, tu acaba abrangendo todos os conteúdos, com certeza, português, história, geografia e ciências [...]” “[...] depende do conteúdo que tu estás abordando, daí dá pra puxar uma coisa sempre, né.” | “[...] Então, apesar do foco não ter sido EF, eu conversei muito com eles sobre essa questão, tanto do meio ambiente [...]” | “A gente tem todo o material específico para a EF, mas ele vai muito além daquele momento desse material, porque situações acontecem no dia a dia da sala de aula, onde a gente sempre tá fazendo reflexões à respeito do consumo, do consumo consciente [...]” |
| Trabalhos relacionados à EF com as turmas de atuação | “Tem várias coisas assim e já vai trabalhando com a educação financeira também, né, porque eles têm, a cada 5 tubos vazios, eles trocam por uma estrelinha, que é o dinheirinho fictício, e aí eles têm que juntar o dinheirinho que eles precisam para comprar na lojinha, o que eles querem.” (referência ao projeto de reciclagem da escola) | “[...] então esse tipo de assunto sempre foi normal na sala de aula, por outros objetivos, mas acabou falando disso um pouco também.” | “[...] nós trabalhamos com educação financeira, nessa rede em que eu atuo, já há três anos, com esse material.” |
| Caracterização da presença da EF nas escolas hoje | “Eu acredito que sim, acho que quem é comprometido, que sabe que a gente tem que trabalhar isso aí, acaba fazendo” | “Eu acho que é muito importante, não é como eu comentei antes, não é só escolas particulares, onde a situação financeira melhor que deve ser trabalhado [...]” | “Na rede em que eu atuo, eu percebo e caracterizo essa presença da EF, através desse material que foi adquirido [...]” |
| Importância de se trabalhar a EF no contexto escolar | “Sim, com certeza. Até porque, aqui fora muitos fazem o nono ano e param de estudar, não estudam mais. Então tu tem que trabalhar essa parte, do custo benefício, agora os pais fazem isso, mas um dia eles vão fazer.” | “[...] eu acho que independente do perfil, acho que deveria ser trabalhado sim tá!” | “[...] em todos os perfis eu acho que é importante, porque a gente lida diariamente com situações que a gente tem que fazer escolhas, e que essas escolhas muitas vezes são voltadas em necessidades ou desejos, né [...]” |

Quadro 6 – Análise das entrevista: abordagem do tema EF em sala de aula

(conclusão)

| | | | |
|---|--|---|---|
| <p>Aspectos que o trabalho da EF impactaria na formação dos alunos</p> | <p>“[...] eles têm que saber pelo menos o mínimo, de compra, venda, porcentagem e gasto. Eu acho que é pra vida deles, impacta bastante porque muitos não seguem estudando, aí eu brinco com eles, eles não vão ter sempre uma calculadora do lado, tem que saber, quando eu dava matemática eu dizia pra eles, pelo menos o básico vocês precisam saber.”</p> | <p>“[...] para a turma do primeiro ano [...] é mais uma apresentação para que nos outros anos ter continuidade, mas eu acredito que, em turmas maiores assim, devia ser feito, é muito importante ter um projeto mais focado com a realidade deles, e ensinar eles a trabalhar e entender como usar o dinheiro da maneira mais adequada.”</p> | <p>“[...] o trabalho com a EF, ele tem um impacto importante em todas as áreas, né [...]”</p> <p>“[...] situações que façam com que desde pequenos as crianças aprendam a fazer escolhas, escolhas conscientes, né.”</p> <p>“Em áreas em que tem que ter decisões, em que precisa ser racional, em que tu não pode muitas vezes agir por impulso, eu acho que em tudo isso agrega.”</p> |
|---|--|---|---|

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

Em relação às mudanças nas aulas decorrentes da BNCC, as Entrevistadas 1 e 2 afirmaram que não houve alteração, já a Entrevistada 3, conforme cita, recebeu material específico para trabalhar o tema.

A Entrevistada 1 relacionou inicialmente a EF com a matemática, indo ao encontro do que afirma Silva (2019), de que a EF é vista na maioria das vezes atrelada à disciplina de matemática. Quando a professora foi questionada se o fato de a EF ter sido mencionada na BNCC a fez mudar as propostas das aulas, ela mencionou que não estava trabalhando com a matemática desde 2019, mas que tinha olhado os conteúdos de forma geral: “[...] eu acho assim, em todos, pelo o que eu olhei, do quarto e quinto ano, mesmo não dando matemática a gente acaba olhando todos os conteúdos né. É uma questão bem forte, a questão financeira dentro da BNCC [...]” (ENTREVISTADA 1). Por outro lado, quando indagada em relação aos contextos que abordam ou poderiam abordar a EF, ela afirmou que pode abranger todos os conteúdos: “[...] não assim só um conteúdo, entende, não é só uma escrita lá, têm vários itens que tu trabalha a educação financeira dentro da BNCC.” (ENTREVISTADA 1). Ainda citou que:

[...] a gente acha que EF é somente matemática, leitura e interpretação é português. Mas não é, leitura e interpretação em matemática também tem, problemas, cálculos tem muita interpretação. Uma vai puxando a outra. (ENTREVISTADA 1).

Quanto a trabalhos relacionados à EF com as turmas de atuação, as Entrevistadas 1 e 3 afirmaram que os realizam, seja por meio de um projeto que envolve toda a escola ou pela adoção de material pedagógico, como é o caso da Entrevistada 3, assim como se mostraram atentas aos assuntos que surgem por interesses dos alunos. A Entrevistada 2 afirma que não possui um trabalho focado em relação à economia e às finanças, mas que assuntos como reutilização, reciclagem e meio ambiente são recorrentes em aula e acabam envolvendo a questão financeira, conforme conta neste trecho:

Lembro que conversei muito do papel, que eles gostam muito de desenhar, toda hora fazendo desenho, aí disse “porque a gente vai pegar um papel novo?” Vamos reutilizar e eles, toda vez que pegavam um papel, ele mostravam, “olha, prô! Estou usando aquele, aquele papel que eu usei para outra coisa. Eu usei o outro lado”. Ou alguma coisa que eles reaproveitam em casa. (ENTREVISTADA 2).

Por ser professora alfabetizadora, a Entrevistada 2 afirma que apresenta alguns conteúdos que serão aprofundados nos anos seguintes. Segundo ela, trabalha o sistema monetário, por exemplo, sempre no final do ano, para que os alunos possam compreender melhor, e já fez atividades como mercadinhos em sala de aula. O sistema monetário é uma das habilidades mencionada na BNCC: “(EF01MA19) **Reconhecer e relacionar valores de moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro** para resolver situações simples do cotidiano do estudante” (BRASIL, 2018, p. 281, grifo nosso).

Referente à importância do tema EF, todas as professoras concordam com a importância, independentemente do perfil de aluno ou do contexto escolar, considerando que a EF impacta de forma positiva na formação dos educandos e que deve ser um tema tratado na escola desde os anos iniciais. A Entrevistada 3 trouxe, em sua fala, um pensamento voltado para escolhas de consumo, sobre o que é necessidade ou apenas desejo, que perpassa a questão de saber fazer bom uso do dinheiro e planejar, habilidades que o RCG traz (RIO GRANDE DO SUL, 2018). Já a Entrevistada 1 apresenta uma preocupação maior com a preparação para a vida e o

trabalho, de acordo com a realidade escolar que atua, na qual muitos estudantes param de estudar no nono ano para trabalharem com suas famílias na agricultura.

[...] eles têm que aprender a ler um contrato quando vão num banco, saber interpretar o contrato, saber quanto eles estão pagando, quanto eles vão receber. (ENTREVISTADA 1).

Quanto custa um saco de adubo, quanto custa um saco de ureia. Depois o produto, qual o teu lucro, por quanto tem que vender. (ENTREVISTADA 1)

Conclui-se que o fato de a BNCC ter mencionado o tema EF não alterou as estruturas curriculares ou a forma da atuação em sala de aula. Esses temas transversais são abordados pelos professores em diferentes situações, mas de forma que faça sentido para os alunos, não de forma descontextualizada.

A perspectiva crítica de uma EF voltada para a reflexão e liberdade em relação ao dinheiro, conforme afirma Peretti (2007), não é trazida pela BNCC e, conforme apresentado nas falas das professoras, esses assuntos são discutidos em aula, porém, no contexto da realidade dos alunos, em situações pontuais ou de preocupação com a própria sobrevivência dos educandos, de acordo com as suas condições de vida. Conforme cita a Entrevistada 1:

[...] acho que quem é comprometido, que sabe que a gente tem que trabalhar isso aí, acaba fazendo. Lá na escola mesmo, conheço o trabalho das gurias do pré e do primeiro, todas acabam trabalhando. Desde pequenininhos assim essa parte da educação financeira, isso a gente vê, claro, sempre no nível deles. São muito pequenos, vai indo de acordo com o nível deles. Nas outras escolas, eu acho que todos trabalham, quem é comprometido, claro, uns de repente mais, outros de menos, mas acho que acabam trabalhando. (ENTREVISTADA 1).

Compreende-se que para a professora aqueles profissionais que são competentes, preocupam-se com a educação dos alunos de forma global, irão abordar temas como a EF em aula, e não somente seguir um documento normativo como a BNCC.

Apesar de se ter agora o documento normativo e norteador educacional, a BNCC, as perspectivas em sala de aula são outras. Se, de um lado, há preocupação de seguir diretrizes de órgãos internacionais para promover o país em avaliações e atrair investimentos, por outro, os professores ainda parecem se preocupar com a realidade dos alunos. Por mais que a BNCC cite a questão de contextualizar e considerar as diferenças culturais, regionais e locais, o que ela trouxe foi uma

ampliação de saberes necessários àquilo que o mercado de trabalho considera como qualificado, deixando, mais uma vez, os problemas dos saberes e não saberes nas mãos daqueles que estão na linha de frente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trazer a educação financeira (EF) como tema transversal, esta pesquisa, motivada por minha inquietude e curiosidade, propôs-se a analisar de que forma o tema EF é trazido pela BNCC e como discussões e construções de saberes sobre ela ocorrem na escola, por meio das perspectivas de professores dos anos iniciais do ensino fundamental.

Partindo do referencial bibliográfico e da análise documental da BNCC, foi possível perceber que, por trás de uma lei, de um documento normativo, há muitos interesses que nem sempre são benéficos na sua integralidade para os educandos.

Se eu fosse reescrever o trabalho hoje, traria uma discussão mais crítica, pois compreendi, por meio do desenvolvimento do trabalho, da pior para a melhor forma, que fui “ensinada” em um sistema educacional competitivo e de formação para o trabalho, ainda que cercada por ótimos professores, que fizeram sua parte. Hoje entendo por que, de alguma forma, os processos empresariais me incomodavam tanto quando penso em minha primeira carreira profissional.

Educar para pensar é um desafio. Está nas mãos dos professores, das escolas e da sociedade. Trata-se de uma mudança muito difícil e demorada, já que o que se ensina hoje levará muitos anos para refletir nos hábitos e se tornar cultural. Porém, apesar disso, é essencial para que tenhamos um mundo melhor, sustentável para a nossa e as futuras gerações, harmonioso e empático nas relações pessoais, com cidadãos respeitosos que defendam seus direitos e saibam cumprir os deveres para um melhor convívio em sociedade e melhores condições de vida a todos.

Dessa forma, para que o ensino e aprendizagem da EF aconteça, é necessário que entendamos primeiramente que não se trata só de dinheiro e, em segundo lugar, que compreendamos a lógica do consumo, pois, para um país se desenvolver, tem que haver consumo, logo, educar-se financeiramente não é deixar de consumir, mas refletir sobre esta ação, fazer boas escolhas e tomar decisões conscientes.

Nesse sentido, os conteúdos que a BNCC cita, que foram analisados neste trabalho, podem levar os estudantes a refletir, se forem postos em discussão nos mais variados contextos, como o processo histórico se deu, relacionando a origem do dinheiro, as colonizações, o capitalismo, o sistema de produção. A área da ciências da natureza poderá fazer os educandos pensarem que os recursos são limitados e que devemos priorizar os mais sustentáveis possíveis, proporcionar, análises e

interpretações sobre os interesses por trás da mercantilização. A área da matemática entrará para auxiliar nos cálculos, preço, juros, lucro, custo-benefício, valores à vista, valores a prazo, desconto, etc.

Por fim, compreende-se que a EF é plural e ampla, mas ainda depende da forma com que é abordada. O ideal é que, como professores e como alunos, não nos contentemos com conhecimentos vagos, buscando ser “aprovados” ou seguir valores que estimulam a competitividade, mas que possamos buscar a verdade, refletir SOBRE as situações do dia a dia e nos perguntar “preciso comprar por que todo mundo compra?”, “preciso fazer por que todo mundo faz?”, “tenho outras alternativas?”.

Fica como sugestão para a continuidade nesta área de pesquisa investigar e analisar os materiais pedagógicos e de formação para professores na área da EF, examinar que tipo de saberes eles se propõem a produzir, se seguem a mesma linha da BNCC e se seguem parâmetros de avaliações estrangeiras.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL. **Relatório técnico final projeto piloto Programa Educação Financeira nas Escolas: Ensino Fundamental**. São Paulo: 2015/2016. Disponível em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Projeto_Piloto_Ensino_Fundamental_Relatorio_Final_2016.pdf. Acesso em: 04 out. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Brasil: implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Brasília, BCB, [201-]. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BCB, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 3 out. 2021.

BRASIL. O que é o programa Educação Financeira na escola? In: BRASIL. **Educação Financeira na escola**. Brasília, DF: Ministério da educação, [202-]. Disponível em: <http://www.edufinanceiranaescola.gov.br/o-que-e-o-programa-educacao-financeira-nas-escolas-2/> Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL, **Temas Contemporâneos e Transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos**. 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 2 nov. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução nº 7, de 7 de abril de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 de abril de 2010a, Seção 1, p. 10. Disponível em: http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/parecer_cneceb_no_72010_aprovado_em_7_de_abril_de_2010.pdf Acesso em: 2 nov. 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. **Diário Oficial da União**, jun. 2020. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10. Acesso em: 18 set. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2010b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm. Acesso em: 18 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. (Revogada). Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 26 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2013b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 19 nov. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2ª versão, revista. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf. Acesso em: 13 set. 2021.

BRASIL. Ministério da educação. Histórico da BNCC. In: BRASIL. Ministério da educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, [201-]. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico/>. Acesso em: 3 out. 2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 de set. 2021.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Fundamental, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Fundamental, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 26 set. 2021.

CARVALHO, Luciana Araújo; SCHOLZ, Robinson Henrique. “Se vê o básico do básico, quando a turma rende”: cenário da educação financeira no cotidiano escolar. **Revista brasileira de gestão e inovação.** v.6, n.2, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/RBGI/article/view/5817/pdf>. Acesso em: 5 set. 2021.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação:** O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010_doc_final.pdf. Acesso em: 12 out. 2021.

CORRÊA, Adriana; MORGADO, José Carlos. A construção da Base Nacional Comum Curricular no Brasil: tensões e desafios. *In:* COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, 4., 2018. **Anais [...].** Braga e Paredes de Coura: UDESC; UMinho; UFPA, 2018. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/colbeduca/article/view/12979>. Acesso em: 11 out. 2021.

CUNHA, Márcia Pereira. O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 41, e218463, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/L9qwW5jc6b5qrfFgxDbgyxt/?lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2021.

DAROS JUNIOR, Armando. A presença da OCDE no Brasil no contexto da avaliação educacional. **Jornal de políticas educacionais**, n. 13, p. 13-20, jan./jun. 2013. Disponível: http://www.jpe.ufpr.br/jpe13_pp13-20.pdf. Acesso em: 19 nov. 2021.

DESTEFANI, Sonia Maria. Educação financeira na infância. **Revista Eventos Pedagógicos**, Mato Grosso, v. 6, n. 4, 17 ed., p. 274-282, nov./dez. 2015.

Disponível em:

<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/2012/1622>.

Acesso em: 11 out. 2021.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. [201-]a. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/para-criancas-e-jovens/>. Acesso em: 3 de out. 2021.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. Projeto Itinerante de Educação Financeira. [201-]b. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/projeto-itinerante-de-capacitacao-de-professores-em-educacao-financeira/>. Acesso em: 04 out. 2021.

FERREIRA, Susana Machado. **Construção de conceitos de educação financeira escolar na formação inicial de professores dos anos iniciais na perspectiva da educação matemática realística**. 2020. 210f. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Franciscana, Santa Maria, 2020. Disponível em: <http://www.tede.universidadefranciscana.edu.br:8080/handle/UFN-BDTD/854>. Acesso em: 23 nov. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

GIORDANO, Cassio Cristiano; ASSIS, Marco Rodrigo da Silva; COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva. A Educação Financeira e a Base Nacional Comum Curricular. **Em Teia: Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, v. 10, n. 3, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/241442>. Acesso em: 7 set. 2021.

HAMMES, Aloisio Pedro. **Educação financeira e o contexto escolar do estudante no ensino fundamental II**. 2018. Dissertação (Mestrado em Matemática) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018. Disponível em: https://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UFS_c98eaea91188c8419a1318c288c06f53. Acesso em: 26 jun. 2021.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico prática dialogada**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

LEMOS, Joelma de Souza; OLIVEIRA, Marcia Betânia de. A BNCC no Contexto da prática: em meio a uma pandemia, é possível pensar a educação sob outras “bases”? **Currículo sem Fronteiras**, v. 20 n. 3, p. 821-841, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol20iss3articles/lemos-oliveira.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

MACHADO, Ana Cláudia Veríssimo. **O ensino de matemática na perspectiva da formação de valores democráticos**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2019. Disponível em: <http://www.bdt.d.ueg.br/handle/tede/148>. Acesso em: 26 jun. 2021.

MCDANIEL, Carl; GATES, Roger. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Trabalhando com o Brasil**. Secretaria de relações globais. France, 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/latin-america/Active-with-Brazil-Port.pdf>. Acesso em: 3 out. 2021.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **The OECD and Latin American & the Caribbean**. 2021. Disponível em: <https://www.oecd.org/latin-america/countries/brazil/brasil.htm>. Acesso em: 3 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**. Centro OCDE/CVM de Educação e Alfabetização Financeira para América Latina e o Caribe. 2005. Disponível em: [https://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf). Acesso em: 23 nov. 2021.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel; ARELARO, Lisete Regina Gomes. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão? **A Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n 1, p. 35-56, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpaee/article/viewFile/93094/52791>. Acesso em: 12 de out. 2021.

PESSOA. Cristiane Azevêdo dos Santos; MUNIZ Ivail Júnior, KISTEMANN, Marco Aurélio Jr. Cenários sobre educação financeira escolar: entrelaçamentos entre a pesquisa, o currículo e a sala de aula de matemática. **Em teia: Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, v. 9, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/236528>. Acesso em: 12 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Educação 2019**. Brasília, DF: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 26 de jun. 2021.

RAMON, Rosângela; TREVISAN, Eliane. Educação financeira: um comparativo entre estudantes de escolas públicas e privadas. **REAMEC - Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática**, Cuiabá v. 7, n. 2, p. 109-126, 2019.

Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/reamec/article/view/8504>. Acesso em: 31 out. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de estado da Educação. Departamento Pedagógico. R585r União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

Referencial Curricular Gaúcho: Linguagens. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://curriculo.educacao.rs.gov.br/sobre/index>. Acesso em: 03 out. 2021.

ROSSETTO, Júlio César. **Educação financeira crítica**: a gestão do orçamento familiar por meio de uma prática pedagógica na educação de jovens e adultos. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Exatas) – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2019. Disponível em:

<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/2490/1/2018JulioCesarRossetto.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.

SANTOS FILHO, Antônio de P. A. dos; BARROSO, Maria. Cleide. da S.; SAMPAIO, Caroline. de G. História da educação no Brasil: da Constituição Federativa de 1988 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. e53910313667, 2021. Disponível em:

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13667>. Acesso em: 25 set. 2021.

SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **Eccos**, São Paulo, v. 10, n especial, p. 147-167, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/1356>. Acesso em: 4 out. 2021.

SILVA, Amarildo M. da Silva; POWELL, Arthur. Belford. Um programa de educação financeira para a matemática escolar da educação básica. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 11., 2013, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Sociedade Brasileira de Educação Matemática, 2013. Disponível em:

<https://docplayer.com.br/5940248-Um-programa-de-educacao-financieira-para-a-matematica-escolar-da-educacao-basica.html>. Acesso em: 31 out. 2021.

SILVA, Cátia Gomes. **A educação financeira no contexto escolar do ensino fundamental**. 2019. 99f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019. Disponível em:

https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPL_13ce09e1509664ba0ace36541f4044b0. Acesso em: 26 jun. 2021.

SOUSA, Rafaela. OCDE. **Brasil Escola**. Disponível em:

<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/ocde.htm>. Acesso em: 03 out. de 2021.

SOUZA, Débora Patrícia de. **A importância da educação financeira infantil**. 2012. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte, 2012. Disponível em:

<http://www.educacaofinanceira.com.br/tcc/importancia-da-educacaofinanceira-infantil.pdf>. Acesso em: 11 out. 2021.

TEIXEIRA, James. **Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e Matemática Financeira**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/11025>. Acesso em: 25 set. 2021.

VILELA, Thiago Dutra. Linha do tempo da história da educação no Brasil. **O Comprimido**, 2009. Disponível em: <https://www.ocomprimido.com/dose-diaria/linha-do-tempo-da-historia-da-educacao-no-brasil/>. Acesso em: 12 set. 2021.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA ANÁLISE DA BNCC

| Formas de busca no documento BNCC | Número de citações | Locais | Comentário e citações |
|-----------------------------------|--------------------|----------------------------|--|
| Educação financeira | 3 vezes | Página 20 | Citada pela primeira vez na BNCC na seção que trata da Base nacional comum curricular e currículos |
| | | Citação na BNCC página 20 | Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora . Entre esses temas, destacam-se: ... educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho , ciência e tecnologia e diversidade cultural |
| | | Página 269 | Termo "educação financeira" aparece na seção que trata sobre a área da matemática , referente a unidade temática números |
| | | Citação na BNCC página 269 | Outro aspecto a ser considerado nessa unidade temática é o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos . Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro . É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de marketing. Essas questões, além de promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos, podem se constituir em excelentes contextos para as aplicações dos conceitos da Matemática Financeira e também proporcionar contextos para ampliar e aprofundar esses conceitos. |
| | | Página 295 | Habilidades dentro da área da Matemática 5º ano. Unidade temática - números |
| | | Página 295 | (EF05MA06) Associar as representações 10%, 25%, 50%, 75% e 100% respectivamente à décima parte, quarta parte, metade, três quartos e um inteiro, para calcular porcentagens, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira , entre outros |
| | | Página 301 | Habilidades dentro da área da matemática unidade temática números para o 6º ano do EF |
| | | Citação na BNCC página 301 | (EF06MA13) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com base na ideia de proporcionalidade, sem fazer uso da "regra de três", utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira , entre outros. |
| | | Página 307 | Habilidades dentro da área da matemática unidade temática números para o 7º ano do EF |
| | | Citação na BNCC página 307 | (EF07MA02) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, como os que lidam com acréscimos e decréscimos simples, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, no contexto de educação financeira, entre outros. |
| | | Página 317 | Habilidades dentro da área da matemática unidade temática números para o 9º ano do EF |
| | | Citação na BNCC página 317 | (EF09MA05) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com a ideia de aplicação de percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais, preferencialmente com o uso de tecnologias digitais, no contexto da educação financeira |
| | | Página 568 | Citada na área de ciências humanas e sociais aplicadas ao Ensino Médio |

| | | | |
|---------------------------|--|----------------------------|--|
| | | Citação na BNCC página 568 | Há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais, e cresce a importância da educação financeira e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual . |
| Dinheiro | 3 vezes | Página 269 | Área da matemática EF unidade temática - números |
| | | Citação na BNCC página 269 | Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro . É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de marketing |
| Finanças | 1 vez | Página 269 | Sobre o estudo de economia e finanças para promover a educação financeira |
| | | Citação na BNCC | Outro aspecto a ser considerado nessa unidade temática é o estudo de conceitos básicos de economia e finanças , visando à educação financeira dos alunos. |
| Sistema financeiro | 0 | | |
| Monetário | 9 vezes | Página 280 | Área da matemática do 1º ano do ensino fundamental, objetos de conhecimento, unidade temática grandezas e medidas - sistema monetário brasileiro |
| | | Citação na BNCC | Sistema monetário brasileiro: reconhecimento de cédulas e moedas |
| | | Página 281 | Habilidades dentro da área da matemática do 1º ano EF unidade temática - grandezas e medidas. |
| | | Citação na BNCC | (EF01MA19) Reconhecer e relacionar valores de moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro para resolver situações simples do cotidiano do estudante |
| | | Página 284 | Objetos de conhecimento. Dentro da área da matemática do 2º ano EF, unidade temática - grandezas e medidas. |
| | | Citação na BNCC | Sistema monetário brasileiro: reconhecimento de cédulas e moedas e equivalência de valores |
| | | Página 285 | Habilidades dentro da área da matemática do 2º ano EF, unidade temática - grandezas e medidas. |
| | | Citação na BNCC | (EF02MA20) Estabelecer a equivalência de valores entre moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro para resolver situações cotidianas. |
| | | Página 288 | Objetos do conhecimento, da área de matemática para o 3º ano do EF, unidade temática - grandezas e medidas |
| | | Citação na BNCC | Sistema monetário brasileiro: estabelecimento de equivalências de um mesmo valor na utilização de diferentes cédulas e moedas |
| | | Página 289 | Habilidades dentro da área de matemática do 3º ano do EF, unidade temática - grandezas e medidas |
| | | Citação na BNCC | (EF03MA24) Resolver e elaborar problemas que envolvam a comparação e a equivalência de valores monetários do sistema brasileiro em situações de compra, venda e troca |
| | | Página 290 | Objetos do conhecimento, da área de matemática do 4º ano, unidade temática - números. |
| | | Citação na BNCC | Números racionais: representação decimal para escrever valores do sistema monetário brasileiro |
| Página 291 | Habilidades dentro da área de matemática do 4º ano do EF, unidade temática - números | | |

| | | | |
|--|--|-----------------|--|
| | | Citação na BNCC | (EF04MA10) Reconhecer que as regras do sistema de numeração decimal podem ser estendidas para a representação decimal de um número racional e relacionar décimos e centésimos com a representação do sistema monetário brasileiro |
| | | Página 292 | Objetos do conhecimento, da área de matemática do 4º ano, unidade temática grandezas e medidas. |
| | | Citação na BNCC | Problemas utilizando o sistema monetário brasileiro |

| | | | |
|-------------------|---------|-----------------|---|
| Financeira | 3 vezes | Página 269 | Área da matemática - aparece como educação financeira e aplicações financeiras |
| | | Citação na BNCC | Outro aspecto a ser considerado nessa unidade temática é o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. |
| | | Página 269 | Como contexto para o desenvolvimento da matemática financeira |
| | | Citação na BNCC | Essas questões, além de promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos, podem se constituir em excelentes contextos para as aplicações dos conceitos da Matemática Financeira e também proporcionar contextos para ampliar e aprofundar esses conceitos. |

| | | | | |
|----------------|----------|--|--|--|
| Consumo | 15 vezes | Página 9 | Competências gerais da educação básica 7ª competência | |
| | | Citação | 7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. | |
| | | Página 20 | Como temas contemporâneos a serem incorporados aos currículos | |
| | | Citação BNCC | [...] educação para o consumo , educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/201023). | |
| | | Página 65 | Competência específica da área de linguagens para o EF, 4ª competência | |
| | | Citação BNCC | Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo. | |
| | | Página 119 | Habilidades dentro da área de língua portuguesa, objetos de conhecimento - compreensão de leitura | |
| | | Citação na BNCC | (EF04LP09) Ler e compreender, com autonomia, boletos, faturas e carnês, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções do gênero (campos, itens elencados, medidas de consumo, código de barras) e considerando a situação comunicativa e a finalidade do texto. | |
| | | É CITADO O CONSUMO EM RELAÇÃO AS MÍDIAS NO CAMPO JORNALÍSTICO- MUDIÁTICO DENTRO DAS PRÁTICAS DE LINGUAGEM, LINGUA PORTUGUES DE 6º AO 9º ANO. | | |

| | |
|-----------------|---|
| Página 269 | Dentro da unidade temática números, como conceitos de economia e finanças favorecendo estudo interdisciplinar de questões sobre consumo, trabalho e dinheiro, assim como o consumo em diferentes momentos históricos. |
| Citação na BNCC | Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo , trabalho e dinheiro. É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de marketing. |
| Página 273 | Matemática, unidade temática grandezas e medidas, EF anos iniciais, que os alunos possam comparar grandezas e medidas para o consumo consciente. |
| Citação na BNCC | Espera-se, também, que resolvam problemas sobre situações de compra e venda e desenvolvam, por exemplo, atitudes éticas e responsáveis em relação ao consumo . Sugere-se que esse processo seja iniciado utilizando, preferencialmente, unidades não convencionais para fazer as comparações e medições, o que dá sentido à ação de medir, evitando a ênfase em procedimentos de transformação de unidades convencionais. No entanto, é preciso considerar o contexto em que a escola se encontra: em escolas de regiões agrícolas, por exemplo, as medidas agrárias podem merecer maior atenção em sala de aula |
| Página 293 | Habilidades do 4º ano dentro da área da matemática, unidade temática grandezas e medidas, resolvendo problemas utilizando o sistema monetário brasileiro |
| Citação na BNCC | (EF04MA25) Resolver e elaborar problemas que envolvam situações de compra e venda e formas de pagamento, utilizando termos como troco e desconto, enfatizando o consumo ético, consciente e responsável. |
| Página 329 | Área de conhecimento ciências da natureza no EF, criando hábitos de consumo, visando a sustentabilidade. Recorrendo aos conhecimentos da ciências da natureza, para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais (diretriz nº8), frente a desafios éticos, culturais, políticos e socioambientais. |
| Citação na BNCC | De forma similar, a compreensão do que seja sustentabilidade pressupõe que os alunos, além de entenderem a importância da biodiversidade para a manutenção dos ecossistemas e do equilíbrio dinâmico socioambiental, sejam capazes de avaliar hábitos de consumo que envolvam recursos naturais e artificiais e identifiquem relações dos processos atmosféricos, geológicos, celestes e sociais com as condições necessárias para a manutenção da vida no planeta. |
| Página 340 | Objetos de conhecimento, ciências do 5º ano na unidade temática - matéria e energia. |
| Citação na BNCC | Propriedades físicas dos materiais Ciclo hidrológico Consumo consciente Reciclagem |
| Página 341 | Habilidades do 5º ano, área de ciências, matéria e energia. |
| Citação na BNCC | (EF05CI05) Construir propostas coletivas para um consumo mais consciente e criar soluções tecnológicas para o descarte adequado e a reutilização ou reciclagem de materiais consumidos na escola e/ou na vida cotidiana. |
| Página 374 | Área de ciências humanas, "propiciar aos alunos a capacidade de interpretar o mundo, de compreender processos e fenômenos sociais, políticos e culturais" (BNCC, 2018, p.356) Geografia |
| Citação na BNCC | " Produção, circulação e consumo " (BNCC, 2018, p. 374) objeto do conhecimento da geografia, 3º ano do EF, unidade temática, Natureza, ambientes e qualidade de vida |

| | | | |
|--|-----------------|--|--|
| | Página 375 | Habilidades do 3º ano do EF. Área da geografia. Unidade temática - Natureza, ambientes e qualidade de vida. Objeto do conhecimento - Produção, circulação e consumo | |
| | Citação na BNCC | (EF03GE08) Relacionar a produção de lixo doméstico ou da escola aos problemas causados pelo consumo excessivo e construir propostas para o consumo consciente , considerando a ampliação de hábitos de redução, reúso e reciclagem/descarte de materiais consumidos em casa, na escola e/ou no entorno. | |
| | Página 376 | Objetos de conhecimento, geografia 4º ano. Unidade temática - mundo do trabalho. | |
| | Citação na BNCC | " Produção, circulação e consumo " (BNCC, 2018, p. 376) objeto do conhecimento da geografia, 4º ano do EF, unidade temática - mundo do trabalho. | |
| | Página 377 | Habilidades do 4º ano, geografia, unidade temática - mundo do trabalho, objeto do conhecimento- produção, circulação e consumo. | |
| | Citação na BNCC | (EF04GE08) Descrever e discutir o processo de produção (transformação de matérias primas), circulação e consumo de diferentes produtos. | |
| | Página 398 | Área de história | |
| | Citação na BNCC | Considerar diferentes fontes e vestígios "deixados pelos indivíduos carregam em si mesmos a experiência humana, as formas específicas de produção, consumo e circulação , tanto de objetos quanto de saberes. Nessa dimensão, o objeto histórico transforma-se em exercício, em laboratório da memória voltado para a produção de um saber próprio da história" (BNCC, 2018, p.398) | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

| | | | | |
|----------|----------|-----------------|---|--|
| Trabalho | 19 vezes | Página 9 | Mencionado na 6ª competência geral para o educação básica. | |
| | | Citação na BNCC | Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BNCC, 2018, p. 9) | |
| | | Página 13 | Seção fundamentos pedagógicos da BNCC, foco no desenvolvimento de competências. | |
| | | Citação na BNCC | Por meio da indicação clara do que os alunos devem "saber" (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem "saber fazer" (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC. (BNCC, 2018, p. 13) | |
| | | Página 267 | 1ª competência específica de matemática para o EF | |
| | | Citação na BNCC | Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho. (BNCC, 2018, p. 267) | |
| | | Página 269 | Área da matemática, dentro da unidade temática - números. | |
| | | Citação na BNCC | Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro (BNCC, 2018, p.269). | |
| | | | | |
| | | | | |

| | |
|-----------------|---|
| Página 324 | Ciências - 2ª competência específica para de ciências da natureza para o EF |
| Citação na BNCC | Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de modo a sentir segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho , continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (BNCC, 2018, p. 324) |
| Página 324 | Ciências - 4ª competência específica para de ciências da natureza para o EF |
| Citação na BNCC | Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho . (BNCC, 2018, p. 324) |
| Página 367 | Geografia - unidade temática mundo do trabalho |
| Citação na BNCC | Em Mundo do trabalho , abordam-se, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, os processos e as técnicas construtivas e o uso de diferentes materiais produzidos pelas sociedades em diversos tempos. São igualmente abordadas as características das inúmeras atividades e suas funções socioeconômicas nos setores da economia e os processos produtivos agroindustriais, expressos em distintas cadeias produtivas (BNCC, 2018, p. 367) |
| Página 370 | Geografia 1º ano - unidade temática mundo do trabalho |
| Citação na BNCC | Mundo do trabalho |
| Página 370 | Geografia 1º ano - unidade temática mundo do trabalho, objeto do conhecimento |
| Citação na BNCC | " Diferentes tipos de trabalho existentes no seu dia a dia" (BNCC, 2018, p. 370) |
| Página 371 | Geografia 1º ano - habilidades, dentro da unidade temática mundo do trabalho, objeto do conhecimento- diferentes tipos de trabalho |
| Citação na BNCC | (EF01GE07) Descrever atividades de trabalho relacionadas com o dia a dia da sua comunidade. |
| Página 372 | Geografia 2º ano - unidade temática - Mundo do trabalho . Objeto do conhecimento - Tipos de trabalho em lugares e tempos diferentes (BNCC, 2018, p. 372) |
| Página 374 | Geografia 3º ano - unidade temática Mundo do trabalho . Objeto do conhecimento - Matéria-prima e indústria |
| Página 375 | Geografia 3º ano - Habilidades, dentro da unidade temática Mundo do trabalho. Objeto do conhecimento - Matéria-prima e indústria |
| Citação na BNCC | (EF03GE05) Identificar alimentos, minerais e outros produtos cultivados e extraídos da natureza, comparando as atividades de trabalho em diferentes lugares . |
| Página 376 | Geografia 4º ano - unidade temática - Mundo do trabalho. Objeto do conhecimento - Trabalho no campo e na cidade |
| Citação na BNCC | (EF04GE07) Comparar as características do trabalho no campo e na cidade (BNCC, 2018, p. 377) |
| Página 378 | Geografia 5º ano - unidade temática - Mundo do trabalho. Objeto do conhecimento - Trabalho e inovação tecnológica |

| | | |
|------------|---|--|
| | Página 379 | Geografia 5º ano - Habilidades, dentro da unidade temática Mundo do trabalho. Objeto do conhecimento - Trabalho e inovação tecnológica |
| | Citação na BNCC | (EF05GE05) Identificar e comparar as mudanças dos tipos de trabalho e desenvolvimento tecnológico na agropecuária, na indústria, no comércio e nos serviços. (BNCC, 2018, p. 379) |
| | Página 408 | História 2º ano - unidade temática - O trabalho e a sustentabilidade na comunidade. Objeto do conhecimento - A sobrevivência e a relação com a natureza |
| | Citação na bncc | (EF02HI10) Identificar diferentes formas de trabalho existentes na comunidade em que vive, seus significados, suas especificidades e importância. |
| | | (EF02HI11) Identificar impactos no ambiente causados pelas diferentes formas de trabalho existentes na comunidade em que vive. |
| | Página 410 | História 3º ano -Unidade temática - A noção de espaço público e privado. Objetos de conhecimento- A cidade e suas atividades: trabalho, cultura e lazer |
| Página 411 | (EF03HI11) Identificar diferenças entre formas de trabalho realizadas na cidade e no campo , considerando também o uso da tecnologia nesses diferentes contextos. (EF03HI12) Comparar as relações de trabalho e lazer do presente com as de outros tempos e espaços, analisando mudanças e permanências. | |

Legenda

| | |
|--|---|
| | Ciências Humanas - Geografia e história |
| | Ciências da Natureza - Ciências |
| | Matemática |
| | Linguagens - Língua portuguesa |
| | Introdução |

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1º Convite

Sou Iula Moreira Roveré, graduanda de Pedagogia da escola de Humanidades da PUCRS, e estou desenvolvendo meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre o tema da Educação Financeira no contexto escolar, com foco nos anos iniciais do ensino fundamental, do primeiro ao quinto ano. Meu estudo visa responder: Como professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, que trabalham em diferentes contextos, desenvolvem a Educação Financeira em sala de aula, incorporada como tema transversal pela BNCC?

Desta forma venho convidá-la/o para participar da pesquisa como professor/a entrevistado/a, onde procuro **conhecer a sua opinião, como professor/a sobre a educação financeira e como percebe a prática em sala de aula sobre este tema**, após a “educação financeira” ser mencionada na BNCC como um tema transversal nos currículos do ensino fundamental. A entrevista servirá como uma das bases para análise sobre a Educação Financeira Escolar no desenvolvimento da pesquisa.

2º Explicar sobre o consentimento livre e esclarecido

Para o desenvolvimento da pesquisa serão realizadas entrevistas semiestruturadas, sua participação constará de forma voluntária. Você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação, pela sua decisão.

3º Respeito, ética e anonimato dos dados dos participantes

As informações colhidas serão utilizadas única e exclusivamente para execução da pesquisa, sendo confidenciais e para isto respeitarão o anonimato. Os professores/as participantes serão identificado na pesquisa por entrevistados/as.

Caso você tenha qualquer dúvida quanto aos seus direitos como participante de pesquisa, entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS) em (51) 33203345, Av. Ipiranga, 6681/prédio 50 sala 703, CEP: 90619-900, Bairro Partenon, Porto Alegre –

RS, e-mail: cep@puhrs.br, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30 às 17h. O Comitê de Ética é um órgão independente constituído de profissionais das diferentes áreas do conhecimento e membros da comunidade. Sua responsabilidade é garantir a proteção dos direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes por meio da revisão e da aprovação do estudo, entre outras ações.

4º Contato com a pesquisadora

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de esclarecer qualquer dúvida ou pedir qualquer informação sobre o estudo, bastando para isso entrar em contato comigo, lula no telefone (51) 993522820, e-mail: iula.rovere@edu.puhrs.br a qualquer hora e com a Orientadora da Pesquisa, prof. Dra. Mônica de la Fare, e-mail monica.fare@puhrs.br, sob garantia de obter os devidos esclarecimentos.

5º Entrevista

| OBJETIVOS ESPECÍFICOS | ENTREVISTADO/S | APRESENTAÇÃO NO TEXTO | QUESTÕES DA ENTREVISTA |
|--|--|--------------------------------|--|
| <p>Objetivo Específico 1 Examinar a abordagem do tema Educação Financeira proposto pela BNCC e pelo Referencial Curricular Gaúcho (RCG)</p> | <p>Professor/a Formação: Onde se formou: (pública ou privada) Tempo de experiência docente: Com quais anos atua no momento:</p> | <p>Entrevistado/a 1</p> | <p>1. Caracterização dos entrevistados Qual a sua formação? Onde concluiu? Quanto tempo de experiência docente? Onde atua no momento? (Escola pública ou privada/ realidade da escola). Com qual ano do Ensino Fundamental?</p> <p>2.Sobre a BNCC</p> <p>2 – Após a homologação da BNCC a escola fez alguma formação ou discussão sobre a Base?</p> <p>3 – Após a BNCC a escola reestruturou os currículos? mudou a sua forma de trabalhar?</p> <p>4 – A escola tratou sobre os temas transversais e de que forma trabalhá-los em aula? Ou isso é/foi uma gestão tua na sala de aula? como se deu?</p> |

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | 5 – Tu como professor/a tivestes que reorganizar os conteúdos curriculares e a forma de planejar as aulas para o ano em que atuas? (Como se deu? Teve conteúdo novo? Ou acreditas que não alterou os conteúdos?) |
| Objetivo Específico 2 Relacionar como a incorporação do tema Educação Financeira pelos documentos orientadores educacionais, ocasionou mudança para os professores quanto aos conteúdos das aulas. | | | 3. Sobre o tema transversal Educação Financeira 6- Conhecias os temas transversais que foram propostos pela BNCC? Já trabalhava com alguns desses temas? De que forma? (Havia algum projeto ou atividade na escola?) 7 -Pra ti o que é Educação Financeira? |
| Objetivo Específico 3 Analisar os depoimentos dos professores sobre a abordagem do tema Educação Financeira em suas aulas. | | | 4. Sobre a prática em sala de aula 8 – O fato da Educação Financeira ser mencionada na BNCC como tema transversal alterou as suas aulas? Em relação aos planejamentos, atividades, ou já era trabalhado, não mudou nada? 9- Em quais contextos você aborda o tema Educação Financeira? ou acreditas que possas abordar? Relacionados / ligados a quais componentes curriculares? (Português, matemática) 10 - Com as tuas turmas de atuação já foi ou será trabalhado algo relacionado a Educação Financeira? 11 – Pela tua experiência, de que forma tu caracterizarias a presença da educação financeira nas escolas hoje? (É realizada? Ou não? De que maneira?) 12- No contexto escolar que tu vivencias, considerando |

| | | | |
|--|--|--|---|
| | | | <p>o perfil dos teus alunos, a realidade da comunidade escolar, há importância em se trabalhar esse tema?</p> <p>13 – Em quais aspectos acreditas que trabalho da Educação Financeira na escola/ em sala de aula, impactaria na formação dos teus alunos? (Quais benefícios ou não)</p> |
|--|--|--|---|

APÊNDICE C – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS

Entrevista por vídeo conferência realizada no dia 8 de novembro de 2021.

Entrevistadora: Primeiro, os primeiros dados é a tua caracterização:
Qual é a tua formação?

Entrevistada 1: Eu sou graduada em Pedagogia e depois eu tenho pós em história, história para diversidade.
Pedagogia foi na Católica (Universidade Católica de Pelotas) e depois a pós foi pela de Rio Grande, a FURG.

Entrevistadora: Quanto tempo de experiência docente?

Entrevistada: Desde 1997 (24 anos)

Entrevistadora: Tu atua hoje só em escola municipal?

Entrevistada 1: Sim, sempre foi só em municipal.

Entrevistadora: E com quais anos no ensino fundamental?

Entrevistada 1: Olha, a minha formação é pedagogia anos iniciais né! Eu já trabalhei com sexto, sétimo ano também, matemática, que eu gosto.

No Marina (Escola Marina Vargas) eu já trabalhava né, porque a Fátima (professora de matemática da escola) na época não consegui atender todas as turmas, aí eu ficava com esses anos, sexto e sétimo. Quando eu vim aqui para Francisco (Escola Francisco Fromming) também sempre faltava professor né! Eu sempre acabava pegando 6º ano 7º, só que aí agora, teve um professor que saiu de licença saúde e eles chamaram do concurso um outro professor né! só que aí esse professor agora retornou da licença saúde no ano passado, aí eu perdi “minhas matemáticas” do quinto ano que eu gosto também, porque aí ele teve que fechar a carga horária dele. Aí a Diretora disse que eu tinha que ceder o quinto ano também.

Entrevistadora: Tu estás com qual ano agora?

Entrevistada 1: Quarto e quinto ano

Entrevistadora: Sobre a BNCC, a base, depois que ela foi homologada tu lembrás da escola ter feito alguma formação? alguma discussão sobre a base?

Entrevistada 1: Sim, logo no início, é que logo veio a pandemia né lula.

Entrevistadora: Sim, pegou bem o período

Entrevistada 1: Se eu não me engano foi em 2019, que ela começou né?

Entrevistadora: Isso!

Entrevistada 1: Assim a ser mais discutida, mas a gente começou a usar, assim ela mesmo, aquela coisa dos códigos, foi ano passado. Que a gente começou mesmo a usar né. Porque o sistema né, o município adotou o sistema aquele o Educarweb, comprou esse sistema aí todo mundo teve que adotar. Ali pede, que tu tens que sempre colocar os conteúdos de acordo com a BNCC né, os códigos aqueles com números e letras, então assim, foi bem que a gente começou usar mesmo, foi ano passado 2020. Bem na época da pandemia mesmo. Não mas a gente já, a escola já vinha falando né, assim quando surgiu essa questão em 2019, já tínhamos algumas formações sobre isso.

Entrevistadora: Tu percebeu que depois com a BNCC a escola teve que reestruturar alguma questão curricular ou mudou alguma forma de trabalhar?

Entrevistada 1: Sim!

Entrevistadora: Ou não? Foi só questão dos códigos mesmo?

Entrevistada 1: Não, mudou bastante sim, os conteúdos mudaram bastante, assim tipo coisas que eram do sexto foram para o quinto ano, do quinto foram para o sexto. Assim a parte de português não, porque o português basicamente do terceiro e do quinto é mais ou menos parecida, com muita leitura e interpretação.

Se usa tudo que tu tem que usar né? tirinhas, charges, trabalha muito essa parte aí mas o que eu vejo assim, a História né porque eu gosto muito da história também, a parte que a gente via toda no quinto ano que era história do Rio Grande do Sul, que a gente trabalhava muito a história do Grande do Sul, não tem Sabe! Foi um pedaço para o quarto ano, que as crianças, acho que não tem maturidade ainda para isso e o quarto onde estava bem o município de São Lourenço, o município já começou a se trabalhar no terceiro.

Mudou um pouco também geografia, também entrou muito, muito conteúdo novo, muita coisa nova, teve bastante alteração. Assim a gente que tinha, acostumado assim a trabalhar num ritmo, tivemos que se adaptar bastante, mudou bastante coisa bastante!

Mas assim, o que a gente faz assim, a gente acha muito importante a parte de estudar o município e o estado né! A gente acaba dando, assim, porque acho que isso aí tem que dar né! Tem que saber a história do município, toda essa função do Rio Grande do Sul, a história que tão bonita né, então eu dou, eu dou da BNCC, mas eu também trabalho, aquilo que eu acredito. Aí tu vais encaixando ali nos códigos. O que for mais parecida assim, que tem uns temas muito amplos né, então dá para ti ir encaixar ali.

Entrevistadora: Sobre os temas transversais, não sei se tu lembra, se a escola tratou alguma coisa sobre isso? ética, meio ambiente, trabalho, educação financeira que é o foco do meu trabalho. Tu lembra se eles falaram sobre esses temas transversais na hora de compor?

Entrevistada 1: Sim, a gente sempre trabalha né, a nossa escola aqui ela trabalha muito a questão ambiental né, é uma escola, desde 2005, quando vim pra cá, desde antes assim sempre trabalharam muito a questão do meio ambiente. Tem vários projetos ligados ao meio ambiente, de reciclagem, que como aqui não tem recolhimento de lixo, então a gente tem vários projetos assim: eles podem levar litrão, latinha, o PP né que é os tubos de amaciante, clorofina, detergente, tudo eles levam e trocam por um dinheirinho fictício, que a gente tem na lojinha, na escola e aí eles compram numa lojinha que a gente tem. Aí tem material escolar, caderno, lápis, borracha, figurinha... coisas assim que os professores doam né, por exemplo, não quero mais um porta-joias né, aí leva para lojinha. Tem várias coisas assim e já vai trabalhando com a educação financeira também né, porque eles têm, a cada 5 tubos vazios eles trocam por uma estrelinha, que é o dinheirinho fictício e aí eles tem que juntar o dinheirinho que eles precisam para comprar na lojinha, o que eles querem. Tem tudo que é preço né na lojinha, vários produtos com vários preços, é uma forma também de eles não queimarem o lixo em casa, de não atirarem nos arroios e serem beneficiados com algum produto né?

Entrevistadora: Que bacana!

Entrevistada 1: A escola trabalha muito, muito sobre o meio ambiente. Assim, a gente fez agora das tampinhas também, em 2019, campanha das tampinhas, então a gente juntou muita tampinha né? E foi vendido também para fazer, ajudar no laboratório de ciências, que a gente fez um laboratório todo novo.

Lacre também, lacre de latinha de alumínio, tudo a gente vendeu, eles juntavam e levam para escola, assim de boa vontade.

Entrevistadora: Que bom! Que legal!

Entrevistada 1: O laboratório ficou pronto ano passado, laboratório de ciências, assim e aí foi feito vaquinha virtual, doações, assim o laboratório muito bonito! muito grande, bem bonito!

Entrevistadora: A questão da escolha dos temas transversais, a escola trabalha bastante nesses projetos, mas se tu na tua aula, tu podes fazer gestão sobre isso? se tu quiseres trazer a questão financeira, se tu quiseres trazer a questão do trabalho?

Entrevistada 1: Sim!

Tu consegue, os professores que trabalham né. Aí cada professor trabalha assim é que às vezes tem coisas que naquele determinado momento não se encaixa né, aí tu pode ir trabalhando durante o ano assim é bem, mas como eu vou dizer, assim é flexível. A gente pode trabalhar, assim é para trabalhar os temas transversais, mas assim de acordo com o que tu acha, assim, no momento que tu acha adequado.

Entrevistadora: Tem que sentir a turma também né, às vezes é o interesse deles!

Entrevistada 1: Sim!

Entrevistadora: Tu como professora, acho que tu já respondeu essa aqui, tu teve que reorganizar, os conteúdos curriculares e a forma de planejar as aulas, do ano que tu atua? tu tivestes que reformular?

Entrevistada 1: Sim, sim, eu acho que a maioria teve, Porque mudou bastante, assim como eu te falei né do programático, assim com a BNCC mudou bastante coisa.

Entrevistadora: E vocês que fazem esse levantamento, ou a escola deu alguma coisa documentada assim? ou tu vais direto na bncc?

Entrevistada 1: Não a gente teve uma formação pelo município em 2019. O município ofereceu assim de acordo, os anos finais eram por área, né, cada um fazia na sua área, e os anos iniciais, primeiro, segundo e terceiro fizeram da alfabetização né, teve um grupo só dessa parte aí e o quarto e quinto, quem atuava na época com o quarto

e quinto, escolhia uma área para ti participar com os finais, eu na época participei com de história né, o grupo de história e geografia eu participei porque a gente se dividiu na escola para que todos não fizessem o mesmo, por exemplo quem tinha quarto e quinto ano, eu acabei fazendo história e geografia. Então a gente se dividiu e dávamos opiniões do que achávamos importante ou não, mas veio muita coisa pronta, tu não tinha como mudar, tipo se fosse por votar eu não tinha tirado a história de São Lourenço do Sul do quarto ano, mas algumas coisas vieram prontas a gente não tinha como mudar.

Entrevistadora: Da Secretaria Municipal?

Entrevistada 1: Nem da secretaria, acho que já veio de cima, estado ou federal, mas algumas coisas não puderam ser mudadas. Mas assim, a gente tinha como incluir coisas que a gente achava importante, pode ser incluído.

Entrevistadora: Tu já conhecias os temas transversais propostos pela BNCC?

Entrevistada 1: É que não mudou muito na realidade, assim, os temas transversais já são muito antigos, então não mudou muita coisa, basicamente os mesmos que a gente precisa trabalhar, dentro do contexto.

Entrevistadora: E antes da base tu lembra se tinha algum projeto ou alguma coisa assim, o projeto do Meio ambiente foi feito em 2005 né, como tu falou?

Entrevistada 1: Não, lá na escola começou muito antes, não sei te dizer certamente, porque eu fui pra lá em 2005, mas já existia um projeto bem forte já há muitos anos antes, lá é bem forte os nossos projetos.

Entrevistadora: Já se trabalhava temas transversais antes da base citar eles?

Entrevistada 1: Sim! sem ser esse tema né, sem tu usar os temas transversais, já se fazia.

Entrevistadora: Pra ti, bem simples assim, o que vem na cabeça, o que tu acha que é a Educação Financeira?

Entrevistada 1: Eu acho que é importante a gente trabalhar né, até pra eles saberem, tipo valores né, saber que as coisas não são de graça e, eu acho importante trabalhar, mas sempre dentro de um contexto, não com esse tema, hoje eu vou trabalhar Educação Financeira, não usando esse tema, o título assim, tu vai trabalhando conforme o conteúdo que tu vai dando, tu vai adequando, eu acho bem importante. Até, nesse projeto da lojinha do PP, que eles trocam as estrelinhas, um dos objetivos

específicos é isso aí né, trabalhar a Educação Financeira, sem eles perceberem que estão fazendo isso.

Que hoje em dia, as crianças, a gente vê que mudou muito, eles não têm mais essa percepção do valor, eles não, assim, a gente tem alunos aqui fora que pra eles é tudo muito fácil, então falta trabalhar isso né, os custos.

Hoje ainda estávamos falando, que agora tem mini pizza para vender na escola, aí um aluno disse assim: “profe, tu não acha cara essas mini pizzas? porque é R\$ 3,50 uma mini pizza”, eu disse: “eu acho cara sim”, aí ele disse: “é né profe, todos os dias comprar não dá né” eu disse assim: “é realmente, tu faz as contas”. Aí fizemos as contas juntos, se comprar todo dia uma mini pizza, quanto vai gastar. Tem gente que já compra duas, uma só não é suficiente, será que os pais no final do mês fazem a conta, quanto os pais têm que dar de dinheiro pra vocês né. Mas tu vê, isso veio deles, é uma coisa que já vai puxando, pra eles darem valor ao dinheiro, porque se tu vai juntando R\$ 3,50 por dia, dá pra comprar outras coisas pra dentro de casa.

Entrevistadora: O fato da Educação Financeira ter sido mencionada na BNCC, achas que ela mudou ou fez mudar alguma coisa no currículo, nas tuas aulas?

Entrevistada 1: É que não tenho assim, né lula, o ano passado e esse ano eu não tive matemática, então desde que começou essa função mesmo da BNCC, porque foi em 2019 que eu tive a última turma, depois outro professor voltou e eu não tive mais matemática. Mas eu acho assim, em todos, pelo o que eu olhei, do quarto e quinto ano, mesmo não dando matemática a gente acaba olhando todos os conteúdos né. É uma questão bem forte, a questão financeira dentro da BNCC, não assim só um conteúdo, entende, não é só uma escrita lá, têm vários itens que tu trabalha a educação financeira dentro da BNCC. Mas assim, te dizer agora realmente o que mudou, eu não saberia te dizer, porque eu não me detive muito dentro da matemática, porque eu não tenho, então tu acaba não lendo muito, não vendo os conteúdos.

Entrevistadora: Mas naquilo que tu atua não interferiu? Na área que tu atua?

Entrevistada 1: Não, acho que não. Claro, como eu te falei, às vezes surgem coisas da aula que tu acaba puxando. Como hoje mesmo surgiu, bem hoje de tarde surgiu esse negócio da pizza e a gente acabou conversando. Não trabalho matemática, mas foi um assunto e a gente já fez cálculos para ver qual seria o gasto. Mas assim, os professores lá na escola trabalham bastante essa questão da educação financeira, porque a gente acompanha. Eu agora não estou mais na equipe diretiva, mas quando

eu estava a gente acompanhava bastante o trabalho dos professores no dia a dia. Aí tu via os trabalhos, porque aqui fora acho que é importante essa parte da compra e venda, eles têm que saber o valor, ter a noção.

Entrevistadora: Tu está nas duas escolas municipais?

Entrevistada 1: Não, estou só na Francisco Fromming. Desde 2005, trabalhei muitos anos na equipe diretiva, vice-diretora e coordenação pedagógica, aí em 2012 quando eu fiz o outro concurso eu fui para sala de aula, porque precisava de estágio probatório, aí eu sempre fiquei 20 horas em sala e 20 horas na coordenação ou na vice-direção.

Entrevistadora: Mas é bom esse contato com a sala né?

Entrevistada 1: Sim, com certeza.

Entrevistadora: Em quais contextos tu acha que as professoras, em geral, poderiam abordar a educação financeira? Somente a matemática ou outros componentes?

Entrevistada 1: Eu acho que envolve todos né, tu acaba abrangendo todos os conteúdos, com certeza, português, história, geografia e ciências, porque têm conteúdos que às vezes têm que fazer alguma média ou porcentagem de gasto. Em geografia mesmo, a gente vê bastante coisa. Eu acho que envolve tudo.

Entrevistadora: Dá pra ser envolvido em todas as disciplinas?

Entrevistada 1: Dá pra fazer, é como eu te digo, depende do conteúdo que tu estás abordando, daí dá pra puxar uma coisa sempre né. É que a gente acha que educação financeira é somente matemática, leitura e interpretação é português. Mas não é, leitura e interpretação em matemática também tem, problemas, cálculos tem muita interpretação. Uma vai puxando a outra.

Entrevistadora: Bom, o que tem trabalhado hoje na escola é esse projeto, que envolve educação financeira?

Entrevistada 1: Sim!

Entrevistadora: E alguma coisa que aparece em aula? Quando surge um assunto vocês tentam resolver.

Entrevistada 1: Sim, a gente vai discutindo.

Entrevistadora: Pela tua experiência, como tu caracterizaria a presença da educação financeira nas escolas? Tu acha que ela é presente ou não? No contexto geral, não somente na tua escola, mas pelo o que tu troca de experiência com colegas.

Entrevistada 1: Eu acredito que sim, acho que quem é comprometido, que sabe que a gente tem que trabalhar isso aí, acaba fazendo. Lá na escola mesmo, conheço o trabalho das gurias do Pré do primeiro, todas acabam trabalhando. Desde pequenininhos assim essa parte da educação financeira, isso a gente vê, claro, sempre no nível deles. São muito pequenos, vai indo de acordo com o nível deles. Nas outras escolas, eu acho que todos trabalham, quem é comprometido, claro, uns de repente mais, outros de menos, mas acho que acabam trabalhando.

Entrevistadora: No contexto escolar que tu vivencia hoje, com o perfil de alunos que tu tens, com a realidade da comunidade escolar, tu acha que é importante trabalhar esse tema?

Entrevistada 1: Sim, com certeza. Até porque, aqui fora muitos fazem o nono ano e param de estudar, não estudam mais. Então tu tem que trabalhar essa parte, do custo benefício, agora os pais fazem isso, mas um dia eles vão fazer. Quanto custa um saco de adubo, quanto custa um saco de ureia. Depois o produto, qual o teu lucro, por quanto tem que vender. Então acho que a gente trabalha bem assim.

Entrevistadora: Muito provavelmente eles vão continuar na área em que os pais trabalham.

Entrevistada 1: Com certeza, a maioria sim. Isso aí a gente prega bastante, que eles têm que aprender a ler um contrato quando vão num banco, saber interpretar o contrato, saber quanto eles estão pagando, quanto eles vão receber. Isso aí eu sei que os professores trabalham bastante, nessa parte. E aqui fora eu acho que é bem legal trabalhar isso, porque como eu te disse, muitos param no nono ano. Agora até que seguem mais para o Ensino Médio, mas teve uma época em que chegavam no nono ano e abandonavam, eles não queriam mais. Queriam mesmo era ficar na lavoura para trabalhar. Então eu acho importante assim, porque eles não vão ver mais nada disso aí, somente a vida mesmo, na realidade mesmo.

Entrevistadora: Vocês tentam preparar bem a base?

Entrevistada 1: Sim, isso eu vejo até agora. A gente tem um professor dos anos finais, ele trabalha no Ensino Médio também. Então muitos alunos que estão aqui na escola e vão para o Ensino Médio na Boa Vista, seguem alunos dele, e aí ele vê os colegas falando que os nossos alunos, eles vêm bem preparados, que eles têm um diferencial. A gente tem um projeto muito bom também de pesquisa, eles fazem pesquisa

científica, então eles sabem falar bem, sabem se expressar. A gente tenta o melhor, claro, a gente não atinge 100%, isso aí eu acho que a gente nunca vai conseguir, mas, os nossos alunos são sempre muito bem elogiados no meio municipal, são reconhecidos.

Entrevistadora: Em quais aspectos tu acredita que o trabalho da educação financeira na sala de aula impactaria na formação dos alunos? Quais os benefícios?

Entrevistada 1: É, eu acho que é isso que eu te falei, porque aqui fora é a realidade deles, eles têm que saber pelo menos o mínimo, de compra, venda, porcentagem e gasto. Eu acho que é pra vida deles, impacta bastante porque muitos não seguem estudando, aí eu brinco com eles, eles não vão ter sempre uma calculadora do lado, tem que saber, quando eu dava matemática eu dizia pra eles, pelo menos o básico vocês precisam saber.

Entrevista por vídeo conferencia realizada no dia 12 de novembro de 2021.

Entrevistadora: Vamos iniciar pela caracterização, qual a tua formação? onde concluiu? Quanto tempo de experiências possui na área da educação?

Entrevistada 2: Certo! Eu me formei em pedagogia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, que fica no Município de Criciúma, Santa Catarina. Eu me formei no segundo semestre de 2016 e eu me formei em agosto, setembro já comecei a trabalhar numa escolinha particular na Educação Infantil. Fiquei um ano e meio lá e depois eu comecei a ir para as escolas do município... e dar aula no primeiro ano.

Eu dei aula uma vez no quarto ano mas, eu tô com cinco anos né na área... é o terceiro ano que eu pego, terceira vez que eu pego o primeiro ano, que é onde eu me identifico, eu gosto muito da alfabetização.

Entrevistadora: Hoje tu atua com o primeiro ano então?

Entrevistada 2: Sim!

No início do ano passado, eu fiquei, eu passei no concurso né... então me efetivei na cidade de Forquilha aqui em Santa Catarina. É uma cidade pequena,

tem na faixa de 22 mil, 22 e 23 mil habitantes né! E turminha do primeiro ano né! O ano passado, e esse ano também, turminha do 1º ano.

Entrevistadora: Como é a realidade da escola que tu trabalhas?

Entrevistada 2: Essa escola é da rede pública Municipal, aqui do município de Forquilha. A escola é... como é uma cidade menor assim, a gente tem mais contato com a família... tem algumas crianças, que a gente percebe que é bem carente né! mas, tem outras que não. Assim então é uma mistura, não posso dizer que são crianças, que a maioria é carente né! Tem alguns casos que a gente fica mais de olho assim, mas é realidade de escola pública, mas é misturado sabe!

Entrevistadora: Agora vamos falar sobre a BNCC, após a homologação da BNCC a escola fez alguma formação, discussão sobre a Base?

Entrevistada 2: Então durante o ano de 2019 e início de 2020, a rede fez formação de professores, alguns professores ajudaram a modificar a proposta curricular do município de Forquilha com base na BNCC. Então, assim quando eu entrei, no ano passado, no início de 2020 eles estavam finalizando essa parte, já tinham feito as reuniões com alguns professores que ficaram responsáveis por cada parte da base, mas sim, o município fez com a rede. E toda rede se reuniu para debater a BNCC e montar proposta curricular do município de Forquilha.

Daí quando eu entrei ano passado, eles já tinham feito né! estavam em fase de finalização assim da base, como o ano passado foi um ano atípico, por causa da Pandemia, que em março tudo parou. Então de Março até o final do ano, foram feitas aulas online, postar as atividades né! para os alunos, alguns impressos, então assim, foi tudo novo, para todo mundo! tanto para os professores, como gestão, então foi meio confuso... (risadas) digamos assim.

Então a gente seguia a proposta anterior do município né, até a recomendação aqui no ano passado, era nos usar a proposta do estado que já estava de acordo com a base, mas adaptar conforme a realidade, porque foi, tinha alunos que tinham acesso a plataforma, tem outros alunos que tinha que fazer impresso. Então esse ano de 2021, já iniciamos o ano com a proposta do município de Forquilha pronta que está de acordo com a BNCC.

Entrevistadora: A escola mudou a forma de trabalhar devido a base, o que tu achou?

Entrevistada 2: Então a nossa orientação né! que nós, seguir a proposta e tanto, no caso eu trabalho com o primeiro ano né! Então primeiro ano nós fazemos parecer descritivo e tenho as habilidades ali, que na avaliação nós temos que colocar, se o aluno atingiu ou não e essas habilidades ali, estão de acordo com a proposta também.

Entrevistadora: Mas a escola mudou, tratou de que forma trabalhar em sala de aula?

Entrevistada 2: Então assim, a escola, a rede né! a escola nos trouxeram a proposta de acordo com a BNCC, mas como trabalhar em sala de aula, na prática isso não foi, não teve uma orientação mais específica quanto a isso. O professor, ele, aqui nós temos bastante autonomia e depende de cada professor como aborda em sala de aula, isso fica até bem livre assim.

O que a gente tem, o resultado no caso, lá os objetivos, o parecer descritivo, tem que ser de acordo com a base, mas na prática, a metodologia utilizada, isso fica a cargo de cada professor...

Eu particularmente, como é alfabetização, assim com o primeiro ano, eu tenho a minha metodologia, o que eu, aqui sigo muito a concepção histórico-cultural, então eu sou, sou muito fã da Magda Soares na questão da alfabetização. Então a minha metodologia é de alfabetização, eu sigo, tenho cursos, tudo voltado, eu procuro aprimorar minha prática sempre e está de acordo com a BNCC também.

Entrevistadora: Sim! E a escola chegou a tratar sobre os temas transversais, como trabalhar em aula, ou isso é uma gestão tua na sala de aula?

Entrevistada 2: Se a escola tratou sobre os temas transversais? Não, a escola quando organizou ali a BNCC, nos trouxe mais a questão, entregou a proposta para nós que tá de acordo com a BNCC, proposta no município mas mais para gente saber, é... organizar conteúdo, essas coisas, mas não em função de prática tá! Isso é de cada professor.

Quanto aos temas transversais em aula, eu acredito que de uma maneira geral assim eu trabalho né! meio ambiente, assim a questão cultural, não lembro agora de todos... (risadas) mas eu confesso que alguns, a gente, não consigo focar e me aprofundar, por que eu fico muito em relação à alfabetização, apesar de que a alfabetização estar em tudo né!

Tem como trabalhar a alfabetização em todos esses temas, mas o foco mesmo, aprofundamento isso não tem, a questão da economia, educação financeira, isso não, realmente não me aprofundo.

Entrevistadora: E tu mudou a tua forma de trabalhar devido a base?

Entrevistada 2: Formas de trabalhar? não por causa da base, porque a base eu acredito assim, que vai ao encontro do eu acredito, que eu tô tendo em cada ano. Assim não tenho tantos anos de experiência assim, mas eu foco muito na questão da alfabetização, faço pós, fiz psicopedagogia, porque eu queria muito a questão do processo de aprendizagem, meus cursos, tudo assim... Eu vou me aprimorando e mudando minha maneira de trabalhar, em função do que eu quero me especializar na alfabetização mesmo mas, não porque veio uma base né!

Mas eu acredito que a base melhorou bastante em relação aos PCNs, ainda tem coisas que não acho que tá de acordo, mas ela deu acho, que ela clareou mais em relação a conteúdos. Mas questão dos temas transversais, teve coisa nova mas não acredito que mudou tanto assim.

Entrevistadora: Tivestes que reorganizar o conteúdo? ou forma de planejar as tuas aulas?

Entrevistada 2: Sim! Eu tive que ir em função da proposta do município mas que está alinhado à base, alguns conteúdos deram uma mudada sim, mas não muita coisa no primeiro ano né! Porque o foco ali é alfabetização. O que a base traz, é que a alfabetização vai até o final do segundo ano, que antes era até o final do terceiro né! Então foi até o final do segundo mas, pouca coisa de conteúdo mudou, não mudou muita coisa não.

Entrevistadora: Tu conhecia os temas transversais que foram propostos pela BNCC? Havia alguma atividade ou projeto na escola relacionado?

Entrevistada 2: Quando veio a base para nós estudarmos né, que todo ano aqui é e por causa do concurso, ano passado e outras provas, eu sempre estava estudando a base e quando veio para escola também a proposta, a gente deu mais uma lida, estudada e vi essas alterações sim! Mas... sinceramente mesmo, projeto da escola focando nesses temas, não teve não tá!

Entrevistadora: O que é educação financeira pra ti? Assim, o que te vem à cabeça?

Entrevistada 2: Educação financeira para mim, eu acredito que a educação financeira deve sim ser vista de outra maneira, né nós professores temos que mudar a nossa metodologia... e trazer mais a questão financeira porque, eu vi um projeto muito legal de educação financeira na escolinha particular, só que é, esse normalmente que o erro né! Acontece muito nas escolas particulares e escolas do município não se entra muito nesse tema, onde seria muito importante né!

Depois de adulto tem dificuldade de lidar com dinheiro, porque isso não foi tratado desde criança, então eu acho que é muito importante, desde pequeno, já entender o que é o dinheiro, para que serve, como usá-lo.

Claro! cada idade, dependendo o que tu vai trabalhar conforme a idade, mas isso dificilmente é trabalhado e eu vejo isso em escola pública.

Entrevistadora: Tu acha que pra ti, o fato da Educação financeira ser mencionada na BNCC, mudou alguma coisa nas tuas aulas ou não?

Entrevistada 2: No meu caso, que é primeiro ano, não mudei muito não. Não trabalho educação financeira, como eu falei lá no início, eu trabalho sistema monetário né! apresento, por que eu apresento pra eles, o que é a nossa moeda, para que serve o dinheiro mas, é uma introdução do que eles vão se aprofundar nos outros anos tá. então é mais uma apresentação mesmo, com algumas atividades, até já fiz mercadinho, fazer dinheirinho de papel, mas não com projeto específico ou mais amplo.

Entrevistadora: E tu achas que podes abordar mais tema Educação Financeira? em quais contextos? ligados a quais componentes curriculares?

Entrevistada 2: Pois é! como eu abordo... Pela idade deles assim, como te falei que não faço um trabalho específico, mas sempre converso muito com eles e trabalhei muito com eles, em ciências a preservação, os três “R” reutilizar, reciclar e tal... a gente conversou muito sobre a questão do lixo, de muito lixo, mas a questão de como as pessoas colocam fora coisas que poderiam ser reaproveitados.

Lembro que conversei muito do papel, que eles gostam muito de desenhar, toda hora fazendo desenho, aí disse “porque a gente vai pegar um papel novo? Vamos reutilizar” e eles, toda vez que pegavam um papel, ele mostravam, “olha prô! Estou

usando aquele, aquele papel que eu usei para outra coisa. Eu usei o outro lado”. Ou alguma coisa que eles reaproveitam em casa.

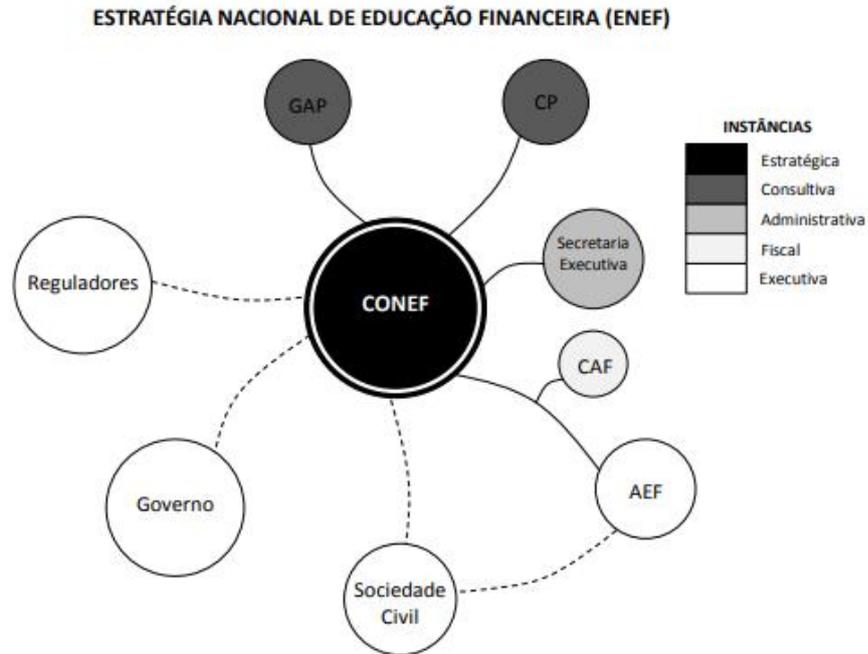
Então apesar do foco não ter sido educação financeira, eu conversei muito com eles sobre essa questão, tanto do meio ambiente, como a questão de... eu falava pra eles “vocês ficam usando, rasgando folha do caderno, os pais tem que ficar comprando caderno, gastando dinheiro com coisa que não precisava”, então esse tipo de assunto sempre foi normal na sala de aula, por outros objetivos mas, acabou falando disso um pouco também.

Entrevistadora: No contexto escolar que tu vivências, considerando o perfil dos teus alunos, tu achas que é importante se trabalhar esse tema?

Entrevistada 2: Precisa, eu acho que independente do perfil, acho que deveria ser trabalhado sim tá! Eu acho que é muito importante, não é como eu comentei antes, não é só escolas particulares, onde a situação financeira melhor que deve ser trabalhado, mas sim quem ganha menos, quem tem né uma renda salarial mais baixa, aprender a lidar com esse dinheiro, então acho muito importante que isso seja trabalhado.

Mas assim prática, neste momento não consigo pensar em algo muito focado neste sentido, para turma do primeiro ano. Eles têm seis anos, então está no início ali, reconhecer os números, contagem, tanto que eu trabalho o sistema monetário lá no final do ano, porque aí eles já conseguem compreender um pouco mais, mas é mais uma apresentação para que nos outros anos ter continuidade, mas eu acredito que em turmas maiores assim, devia ser feito, é muito importante ter um projeto mais focado com a realidade deles, e ensinar eles a trabalhar e entender como usar o dinheiro da maneira mais adequada.

ANEXO A – ESTRUTURA DA ENEF



CONEF- Comitê Nacional de Educação Financeira

Diretor do Banco Central do Brasil
 Presidente da Comissão de Valores Mobiliários
 Diretor-Superintendente da PREVIC
 Superintendente da SUSEP
 Secretário-executivo do MEC
 Secretário-executivo do MF
 Secretário-executivo do MPS
 Secretário-executivo do MJ
 Representantes da sociedade civil - 2011-2014 - ANBIMA, BM&FBOVESPA, FEBRABAN, e CNseg

GAP – Grupo de Apoio Pedagógico

Ministério da Educação, como Presidente
 Banco Central
 CVM
 Ministério da Fazenda
 Susep
 Previc
 Conselho Nacional de Educação
 Instituições de ensino federais (até 5)
 CONSED
 UNDIME

CP – Comissão Permanente

12 membros efetivos, representando cada participante do CONEF

Secretaria Executiva

Depto. de Educação Financeira do Banco Central

AEF – Associação de Educação Financeira do Brasil

ANBIMA
 BM&FBOVESPA
 CNseg
 FEBRABAN

CAF – Comitê de Acompanhamento e Fiscalização

Banco Central
 CVM
 Susep
 Previc
 Ministério da Fazenda

Programas Setoriais

Reguladores

Banco Central
 CVM
 Susep
 Previc

Governo

Ministério da Educação
 Ministério da Fazenda
 Ministério da Justiça
 Ministério do Desenvolvimento Social
 Ministério da Previdência Social

Sociedade Civil

ANBIMA
 BM&FBOVESPA
 CNseg
 FEBRABAN

Figura 1. Estrutura da ENEF

Fonte: Banco Central do Brasil, [201?]